



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2224/03	DATA: 09/12/03
INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 17h08min	DURAÇÃO: 02h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h33min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUILHERME SOARES LIMA - Promotor de Justiça de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará.
MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal de Limoeiro do Norte.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há exibição de imagens.
Há intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 18ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado Luiz Couto. Em discussão a ata. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada por unanimidade. Fiz distribuir cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, que se encontram à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Audiência pública com os convidados Maria Valdenisa de Souza Bernardo, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará, e Guilherme Soares Lima, Promotor de Justiça de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará. Esta audiência pública decorre da aprovação do requerimento do Deputado João Alfredo. Solicito aos convidados que tomem assento à mesa. Solicito ao Promotor e à Dra. Juíza tomarem assento à mesa. (*Pausa.*) Passo a palavra ao Promotor Guilherme Soares Lima por até 20 minutos, prorrogáveis caso haja necessidade. Tem a palavra V.Exa.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Boa-tarde a todos. Ilustres Deputados que integram esta Mesa, nobre colega, Dra. Valdenisa, mui digna magistrada de Limoeiro do Norte, demais Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores. Recebemos o convite para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e o atendemos prontamente, porque sabemos da importância do trabalho aqui realizado diante da situação que nós vivemos naquela região do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará. De fato, a questão por que passamos naquela região não é nenhuma novidade para quem já trabalhou ali, para quem vive no nosso Estado. O problema do extermínio, o problema da pistolagem naquela região é um problema que se pode dizer que é até cultural, já está arraigado desde há muito tempo e que infelizmente, até hoje não se pôde resolver. São crimes destacados por sua notável violência — a Dra. Valdenisa vai ter oportunidade de trazer alguns *slides* inclusive



mostrando *modus operandis*, como essas quadrilhas agem ali. E de peculiar tem-se que elas agem não só na intenção de praticar um homicídio mercenário, ou seja, um homicídio em troca de paga, mas agem também precipuamente como forma de queima de arquivo. Os homicídios naquela região se caracterizam essencialmente pela brutalidade como ocorrem. As pessoas são assassinadas com vários tiros de arma pesada, pistolas ponto 40,9 milímetros, com 20, 30 tiros a plena luz do dia. E quando se vai investigar o motivo, a causa do crime, vê-se que ele é ligado, na maioria das vezes, já a outros crimes que ocorreram. Há uma sucessão, uma cadeia de crimes. Essa quadrilha que hoje está atuando na região, da qual alguns dos seus integrantes já estão presos e submetidos a processo criminal, ela é responsável por algo em torno de 40 mortes que já se tem apurado. E a tendência, se não houver uma atuação predominante do Estado naquela região, é de que eles vão atingir pontos mais sérios do Estado de Direito, que seriam as próprias autoridades constituídas, que seria o último estágio onde eles poderiam chegar e estão prestes a chegar. Nós estamos sofrendo um processo de pressão muito grande e sabemos que é difícil a situação em que nós vivemos lá. A nossa vinda a Brasília inclusive se motivou também pela necessidade de nós termos um apoio. Já tivemos hoje pela manhã na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, em que tivemos pronto atendimento do Sr. Mário Mamede, que é o Secretário-Adjunto; da Dra. Mônica, que também é membro do Conselho. E nós também estamos aqui para pedir desta CPI da Câmara dos Deputados, que também some esforços para que nós consigamos, se não resolver esse problema, pelo menos atenuá-lo, de forma que a população de Limoeiro e do Vale do Jaguaribe possa transitar normalmente nas ruas, com tranqüilidade, coisa que de há muito não vem acontecendo. Mas a Dra. Valdenisa tem alguns dados estatísticos que ela nos trouxe, algumas fotos, alguns casos particulares, que vão ilustrar mais ainda a nossa conversa. Mas em suma é isso, a região vive este momento peculiar. Os ânimos estão exaltados, porque talvez tenha sido a primeira vez que a Polícia do Estado do Ceará conseguiu realizar um trabalho dessa envergadura, desarticulando alguns grupos criminosos que se dedicavam essencialmente a roubo de cargas, assalto a ônibus, a bancos e que, com esse trabalho da Polícia, eles se sentiram incomodados, passaram a realizar ações de afronta ao Estado, como, por exemplo,



a chacina de 7 pessoas, ocorrida em setembro deste ano. Eles estão se sentindo acuados obviamente, mas estão com o apoio de certos segmentos na região e estão ainda tentando sobreviver. E é isso que nos incomoda mais: saber também que a criminalidade tem um braço dentro de outros segmentos da sociedade e que está virando um crime institucionalizado. Isto é o que preocupa mais o Estado, preocupa mais as autoridades: saber que não estão lidando com simples bandidos, mas com pessoas que têm uma estrutura, têm um organograma organizacional compatível inclusive com outras organizações criminosas que existe fora no País. Eu posso até acrescentar alguns outros dados depois que a Dra. Valdenisa apresentar aí alguns casos. Tem casos específicos, como o caso do — só exemplificando, a título ilustrativo —, de uma vítima chamada, apodada Toninho Rocha. Acho que isso aqui deve até ter sido trazido por outros depoentes da região. Essa pessoa, para se ter uma idéia, foi assassinada em Limoeiro do Norte, em plena luz do dia, dentro de um mercado público, onde os assassinos chegaram em uma caminhonete, estacionaram, saíram à luz do dia, tiraram as armas de dentro do carro, entraram no mercado, alvejaram a pessoa da vítima com inúmeros disparos, saíram tranqüilamente caminhando sem ninguém importuná-los. O carro, na hora da fuga, ainda deu prego, eles tiveram tempo ainda de botar o carro para pegar, entraram no carro e foram embora, e simplesmente não apareceu uma testemunha para testemunhar alguma coisa, para dizer que viu alguma coisa. E esse é um problema que inclusive temos enfrentado lá na esfera da instrução criminal, dos processos dessa natureza. Sabe-se que todo mundo viu, mas, ao mesmo tempo, ninguém quer dizer nada. Nós precisamos tirar leite de pedra, pode-se dizer assim, para que alguma pessoa lá possa chegar e efetivamente dizer que viu e que foi Fulano e Sicrano. Nós fazemos audiência lá todas as semanas e somos testemunhas presenciais dessa nossa função quase que impossível de conseguir concluir uma instrução criminal num caso desse de pistolagem, de queima de arquivo, onde pessoas digam que realmente viram o fato. E, em Limoeiro, existe também uma cultura de que, quando se vai matar uma pessoa, quando a pessoa está prometida de morte, todo mundo já sabe antes. Nos estreitos da cidades, nos corredores, nas ruas, já é divulgado, e se pode ter isso como praticamente certo, porque eles acreditam realmente na impunidade. Então, era nesse sentido que eu gostaria de



deixar a nossa súplica para que esse problema de Limoeiro, especificamente, da região do Vale do Jaguaribe, seja tratado de forma exemplar. Que o Governo Federal e esta Casa Legislativa destinem realmente uma força-tarefa, se for o caso, para que nós possamos nos sentir tranqüilos, possamos nos sentir seguros para desempenhar nossas funções. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e oportunamente poderei complementar alguma coisa que a Dra. Valdenisa trará doravante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Relator, se assim... Tudo bem. Tem a palavra a meritíssima juíza.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Boa-tarde à Comissão, boa-tarde a todos os presentes. Vou apenas acrescentar algo ao que o Dr. Guilherme falou. Eu realmente sou juíza da Primeira Vara de Limoeiro do Norte; ele é o promotor da Primeira Vara, e somos os responsáveis pela análise dos processos ligados a homicídios.

(Segue-se exibição de imagens.)

Limoeiro do Norte fica a 200 quilômetros de Fortaleza — vou mostrar aqui uma transparência para posicionar melhor —, fica a 200 quilômetros de Fortaleza, como ia falando, fica vizinho à cidade de Morada Nova, vizinho à cidade de Tabuleiro do Norte e ainda vizinho à cidade de São João do Jaguaribe. São 4 cidades próximas que têm inclusive proximidade com o Estado do Rio Grande do Norte, mais proximamente com a cidade de Caraúbas. Então, essas 4 cidades têm um índice de criminalidade tão grande a ponto de serem chamadas de “o quadrante de ouro”, referindo-se, naturalmente, à questão de tiros. Lá há quadrilhas organizadas que agem nessas cidades. Uma pessoa que transgride a lei numa cidade vai para outra e faz parte de diversas quadrilhas. Basicamente a coisa se inicia pelo roubo de cargas. Essas cidades são cortadas pela BR-116, que dá saída para o Sul, evidentemente, e isso facilita e chama a atenção dos assaltantes de cargas. Essas pessoas agem de forma livre, sempre acreditando na impunidade. São João do Jaguaribe, uma cidade minúscula, é a nossa comarca vinculada, que é vinculada a Limoeiro do Norte, e é tida como uma cidade que exporta bandidos. É a tradição de São João do Jaguaribe: uma cidade pequenininha, mas várias pessoas de lá realmente têm essa pecha de serem marginais. Então, é nesse contexto que o



roubo de carga ultrapassa essa questão do roubo de carga. Aí há a existência de outros crimes, como homicídios. Normalmente esses homicídios na região são cometidos por pistoleiros — não seria exatamente aquele crime de pistolagem, mas, sim, uma queima de arquivo. Normalmente vêm 2 homens numa moto, com capacete, 1 na garupa, algumas vezes há uma outra moto que também dá apoio, e esses homens chegam em qualquer lugar e disparam inúmeros tiros, e as vítimas ficam lá, numa situação difícil. Na hora de conseguir uma prova, pelo menos testemunhal, não existe, porque todo mundo tem medo de falar. Vamos mostrar aqui o caso de uma pessoa que foi assassinada no mês de janeiro — como o Dr. Guilherme falou ali —, dentro do mercado, durante o dia. E uma das pessoas presentes reconheceu e andou comentando. No mês de abril deste ano, essa pessoa já estava morta. Para vocês terem uma idéia do índice de criminalidade lá, é uma coisa de estarrecer. As figuras vão dizer por si só. Então, essa questão do roubo de carga... Fala-se muito de lavagem de dinheiro. A questão do roubo de carga tem um fator a piorar... A questão que se fala muito — não se tem prova, porque evidente que ninguém quer falar — é o envolvimento de pessoas respeitáveis da região envolvidas na receptação desses produtos. Então, Limoeiro do Norte tem um destaque diferente de qualquer cidade do Ceará. Porque eu passei por outras Comarcas, e a gente vê que a pessoa que normalmente transgride a lei ela está à margem. Ela estaria segregacionada. No caso de Limoeiro, não. Você vê pessoas da comunidade, pessoas de reputação, conhecidas mesmo, essas pessoas são tidas como partícipes desse produto de roubo. Há também uma notícia — toda a cidade comenta — de que essas pessoas estariam também dando apoio material. No caso, aqui, especificamente, nós tivemos um crime que ocorreu em junho, de um radialista, Nicanor Linhares. A partir desse crime, foi feita uma investigação profunda — parece-me que é a primeira vez que ocorre uma investigação dessa na região. Eu tenho pouco tempo na região, juntamente com o Dr. Guilherme. Então, a partir dessa investigação, em cima desse crime, pôde se detectar um envolvimento de muita gente. Dessas pessoas, 8 foram denunciadas, 3 estão foragidas. Depois desse crime de Nicanor, parece-me que 30, 60 dias depois, ocorreu uma chacina, onde 7 pessoas foram vitimadas. Segundo consta na região, essa chacina ocorreu em função de os bandidos quererem tomar um ato como represália contra a atuação



da polícia. E 7 pessoas tiveram mortes violentas. E o que se comenta é que 3 dessas pessoas estariam foragidas. E a polícia, que 2, 3 meses está na região, de uma forma intensiva, nunca conseguiu chegar a nenhum desses homens. Eles vivem de fazenda em fazenda. São vistos lá pela população. Todo o mundo comenta. Dr. Guilherme tem a convicção do que eu estou dizendo, porque vêm pessoas dizer para gente: *“Olha, eu vi o fulano de tal em tal lugar”*. Mas, na hora de a gente tomar uma declaração, a pessoa realmente não tem coragem de dizer, porque tem medo de morrer. E dá para entender, justifica-se o medo, o terror. E, aí, nós desconfiamos que haja até corrupção do aparelho institucionalizado, do aparelho repressor. Por que não se consegue chegar a esses homens? Qual a razão? Porque são pessoas comuns. Eu tenho aqui fotos deles. Então, é inexplicável, porque a polícia nunca chegou até eles. Fica muito difícil para a gente trabalhar numa cidade como Limoeiro do Norte — 50.000 habitantes. Você quer fazer a aplicação da lei e tem realmente muita dificuldade. Até porque nós estamos, eu, Dr. Guilherme, outros promotores que estão envolvidos estamos tendo problemas, tipo ameaças. Há coisa de 15 dias, ocorreu uma notícia de que haveria um plano arquitetado para nos matar. Esses 3 homens estariam em Fortaleza... Eles transitam livremente, inexplicavelmente... Esses 3 homens estariam em Fortaleza com esse objetivo. Nós acionamos a polícia, estamos tendo apoio policial para nós, para nossa família e nossas residências. Até que, há 8 dias, surgiu uma outra história de que haveria um seqüestro de um familiar nosso para trocar por uma pessoa que foi denunciada nesse processo em que figura como vítima o Nicanor Linhares. Esse homem, inclusive, está preso em Fortaleza, porque é filho de uma pessoa que já responde a vários processos na vizinha cidade de Tabuleiro do Norte. E esse homem está em Fortaleza. A audiência para ouvida das testemunhas de acusação ocorrerá no próximo dia 15, às 9h30min. E, por conta dessa audiência, em que serão ouvidas, parece-me, 12 a 15 testemunhas, nós estamos sofrendo todo o tipo de pressão. Então, é necessário que a Comissão, aqui, se sensibilize com o nosso problema de ordem pessoal, mas que nós estamos também não é só em função desse problema pessoal, mas em função da necessidade de uma força-tarefa, porque, lá, o roubo de carga é cometido entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. De maneira que poderia haver uma força-tarefa, conjunta com policiais,



civis, militares e até a Polícia Federal para coibir esse tipo de ação, porque é muito comum a pessoa transgredir a lei no Ceará e correr para a cidade de Caraúbas, no Rio Grande Norte e vice-versa. Nunca é demais dizer que a cidade de Quixeré, que fica vizinha, este ano, ela foi sitiada. Entraram 12 homens que vieram do Rio Grande do Norte e sitiaram a cidade. Botaram até a Polícia Militar para correr. Numa expressão bem literal da palavra, a polícia saiu correndo. Um dos soldados levou um tiro no olho, e a polícia não pôde fazer absolutamente nada. E nós tememos essa ação também em Limoeiro do Norte, haja vista a proximidade da audiência. Nós tememos, em função desse preso — o nome dele é Nilson Osterne Maia —, é que venha realmente uma ação direcionada nesse sentido. Na cidade de Limoeiro do Norte, nós temos vários processos com autoria ignorada, esses que eu vou passar aqui. Na cidade de Morada Nova, há em torno de 25 a 26 processos, também na mesma situação, com autoria ignorada. Na cidade de Tabuleiro do Norte, nós temos 25 processos. Eu soube, ontem, informalmente, através de um promotor lá de Russas, que, desses 25 processos de Tabuleiro do Norte, em 3, a autoria teria sido conhecida exatamente desses 3 homens foragidos. Sobre a cidade de São João do Jaguaribe temos também aqui dados estatísticos. Então, são 4 cidades que estariam inseridas nesse contexto do quadrante de ouro. Então, o que nós temos concretamente? A situação que se tem dúvida quanto à lisura da própria polícia. Nós procuramos o Secretário de Segurança do Estado pedindo para que houvesse até um rodízio dos dirigentes da Polícia Militar. Fomos até o Governador. Tivemos esse apoio, aqui, em relação à ameaça pessoal, mas nós não vemos resultado. A população cobra, nós cobramos: “*Secretário, cadê, os homens foram presos ou não?*” Então, essa resposta nunca vem. E, de certa forma, causa indignação por causa da quantidade — vocês vão ver pelos dados estatísticos. Parece-me que a Comissão tem que esses homens — Dr. Guilherme falou em torno de 40 processos, eu vi aqui, pelos dados da Comissão — teriam até mais, em torno de 60 processos. Então, o que nós queremos basicamente seria essa vigilância constante para nós, que estamos ameaçados, e, se possível, uma força-tarefa. Agora vou passar aqui os *slides* para vocês entenderem melhor o que eu estou falando. Os *slides*, não, as transparências. Vocês estão vendo o Estado do Ceará; aqui, o Rio Grande do Norte. Aqui, nós temos a Chapada do Araripe. Faz divisa também com a Paraíba. Aqui fica



situada a Chapada do Araripe, vizinha ao Rio Grande do Norte. Se nós estivéssemos aqui, no Rio Grande do Norte, nós teríamos a cidade de Caraúbas. Ela fica distante de Limoeiro em torno de 100 quilômetros mais ou menos. Então, é normal... Eu não sei se dá para ter uma idéia... Aqui seria Fortaleza, mais ou menos aqui, para cá 200 quilômetros, seriam Morada Nova, São João do Jaguaribe, Tabuleiro e Morada Nova. Então, essas 4 cidades é que são chamadas os “quadrantes de ouro”. Então, o crime é cometido muitas vezes aqui, e a pessoa corre para o Rio Grande do Norte e vice-versa. Só para vocês terem uma noção de onde se situa a cidade de Limoeiro do Norte, aqui é a BR 116, e os roubos de carga normalmente são cometidos aqui nesta BR. Ela fica distante de Limoeiro do Norte 7 quilômetros. Aqui é Limoeiro do Norte; aqui é a Chapada do Apodi. Essa Chapada do Apodi, ela é cheia de estradas vicinais. Então, é fácil que alguém desapareça sem a polícia ter acesso. Se houvesse, por exemplo, uma vigilância constante de policiais, inclusive do Rio Grande do Norte com policiais do Ceará nesta divisa, muita coisa seria coibida. Nós temos aqui este rapaz... aqui é a portaria que determinou a instauração: *“Tendo chegado ao conhecimento desta autoridade policial que, na data de 3 de janeiro 2003, por volta das 9h, no interior do Mercado da Carne” — 9h da manhã — “,a pessoa de Antônio da Rocha Filho foi assassinado, de maneira bárbara, por 3 indivíduos encapuzados que efetuaram diversos tiros de armas diferentes”*. Durante o dia, qualquer pessoa, em Limoeiro do Norte, diz: *“Foi fulano de tal quem matou”*. Agora, ninguém tem coragem de depor perante a Justiça. Lógico, dá para entender por que não tem coragem de depor. Eu gostaria de mostrar para os senhores essa mesma pessoa. Este aqui é o *modus operandi* dos tipos de crime da região. Vou citar só para os senhores terem uma idéia. Aqui nós temos uma foto deste rapaz — o nome dele é Pedro Júnior — que teria reconhecido, esse fato é dito pela polícia, um dos autores do assassinato deste primeiro aqui que foi mostrado para vocês. Em abril, ele estava nesta situação. É uma coisa assim estarrecedora. A gente fica indignada com a atuação. Aqui diz o seguinte: *“Conforme solicitação requerida pelo Ministério Público, foram ouvidas as testemunhas... frisou que, durante a convivência nestes 16 anos que manteve com a vítima Antônio da Rocha Filho, o mesmo era sempre uma pessoa calada. Entretanto, de um ano...”* Aqui, no final, diz o seguinte: *“Agregado aos autos, segue a cópia das declarações*



*de Josilene Costa do Nascimento, companheira de Pedro Júnior, o qual também foi assassinado, onde a mesma citou que o seu companheiro em vida reconheceu o Cássio Santana...” Exatamente esta pessoa é uma das que está foragida e que é sempre citada. “...reconheceu Cássio Santana como um dos autores da morte de Antônio da Rocha Filho, o que resultou na sua morte devido a esse reconhecimento. Entretanto, em vida, Pedro Júnior nada revelou à polícia”. Então, dá para os senhores terem uma idéia do *modus operandi* também da morte dele. A portaria diz o seguinte: “Pedro Álvares de Araújo Júnior foi assassinado de maneira desumana, no interior do Bar do Amaral, quando um indivíduo encapuzado adentrou no mencionado bar e efetuou diversos disparos contra a vítima que não teve nenhuma chance de defesa”. Eu trouxe esses dados, não para chocar, evidentemente, para mostrar o *modus operandi* que essas pessoas estão atuando e que, até o momento, nenhum dado... Eu sei que a polícia está trabalhando, a gente tem consciência, mas alguma coisa está faltando, porque não há um resultado concreto. Este dado aqui: “João Batista de Lima Filho foi assassinado, à bala, por 3 indivíduos encapuzados não identificados”. A mesma coisa: o *modus operandi* é o mesmo. Esta aqui é a portaria que determinou a instauração do inquérito. Vejam como ficou este caso ligado a esta portaria, o mesmo jeito: “Dia 20 de julho de 1998, Sítio Sucupira, Francisco Antônio Patrício Pinheiro foi executado de maneira cruel, no interior da casa em que estava residindo, com diversos tipos de pistola calibre 0.40”. Essa pistola é sempre citada nos inquéritos existentes na região. Vejam, senhores, o *modus operandi* aí também, a pistola 0.40. Neste caso aqui, a transparência não pôde vir, mas vou ler rapidamente para vocês: “No dia 8 de maio de 2003, por volta das 9h” — tenho aqui, quem quiser pode ver — “; na localidade de Rancho da Acácia Sucupira, foi achado o corpo da pessoa de Belino Pereira Neto, com as mãos e as pernas para trás, amarradas, tendo sido assassinado, à bala e à faca, na data de 7 de maio de 2003, quando foi levado por uma D20, de placa não anotada e motorista não identificado. Como o fato, em tese, constitui crime tipificado no art. 121 do Código Penal, determino à senhora escrivã que proceda à instauração do competente inquérito policial”. Para os senhores terem uma idéia da violência como este crime foi cometido, aqui é dito que este rapaz, nas diligências, ele teria tido alguns animais furtados, e ele prestou queixa à polícia e o resultado foi esta morte*



terrível. (Pausa.) Ele foi amarrado como se fosse um animal. Este aqui: *“José Arimatéia Xavier foi, no dia 20 de abril de 2002, vítima de homicídio, à bala, por 2 homens não identificados, que se encontravam numa moto de placa não identificada”*. É só para mostrar sempre o mesmo *modus operandi*. (Pausa.) Este caso aqui: *“Moésio Wanderlei Gomes foi vítima de um tiro armado de fogo, quando dirigia uma D20”*. Este aqui havia 2 pessoas: uma faleceu e a outra ficou neste estado aqui, estado vegetativo. Este homem vive numa cama, não fala, não se desloca, ficou neste estado. Este aqui: *“Na Estrada Carroçada, que liga Sucupira à cidade de Apodi, foi encontrado o corpo da pessoa de Antônio Tavares Brito, conhecido por Antônio Brejeiro”*. Este aqui teve o roubo de uma moto e foi assassinado. Sucupira, tudo fica na Chapada do Apodi, bem próximo. Este aqui é mais um caso: *“José Alexandre de Oliveira, conhecido por José de Genésio, foi assassinado à bala por 2 indivíduos não identificados que estavam de capacetes, numa moto de cor vermelha.”* Esse aqui eu não tenho na foto. *“7/12/2002, por volta das 21h, no bar de Antônio Evilane Pereira Freitas, a pessoa de Cícero Alan de Oliveira foi assassinado com diversos tiros de armas de fogo, por 2 indivíduos, os quais usavam capacete, e, após o delito, fugiram com uma moto sem placas”*. Este rapaz, aqui, ele havia sido vítima de uma tentativa de homicídio, prestou queixa, a polícia ouviu e, logo depois, ele estava morto. As fotos aqui dizem por si só o nível de violência que nós vivemos hoje. (Pausa.) Aqui, tem um outro: *“Paulo Roberto Regis foi assassinado à bala por 2 indivíduos não identificados que estavam de capacetes, numa moto, quando encontrava-se no alpendre de sua residência”*. Esse eu não tenho a foto, tenho só o laudo de exame cadavérico. (Pausa.) Este aqui: *“Francisco Maia da Silva que foi assassinado com 2 tiros de escopeta, o qual teve morte imediata”*. Refere-se a esta foto. Aqui, nós temos o levantamento feito na Comarca de Morada Nova. São dados concretos, dados reais, dá para os senhores terem uma idéia aí. Alguns ainda têm diligências, esses 19 citados; os demais foram arquivados. É muito difícil até essa atribuição do Ministério Público, mas é muito difícil para o Ministério Público conseguir qualquer prova que possa levar a êxito uma investigação porque ninguém fala. Todo mundo morre de medo de morrer. Eu tenho aqui dados de São João de Jaguaribe, não foi feita uma transparência, mas há em torno de 13 processos na mesma situação. Temos vários dados aqui também



sempre sobre a maneira de operar. Tenho aqui a foto, não está em transparência, desses 3 homens, que estão foragidos. Eu quero destacar que não são só esses 3, lá tem vários grupos, várias quadrilhas organizadas, a coisa é bem mais complexa, não é? Bom, em síntese, a apresentação, aqui, encerrou. (*Pausa.*) Queria só finalizar dizendo que a violência dos crimes é bem própria da região, não é só da cidade de Limoeiro, são dessas 4 cidades basicamente. Mas eu acho que pelas fotos dá para que os senhores tenham idéia da necessidade de uma força-tarefa, ou pelo menos uma força conjugada da polícia lá na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte. E, aí, nós pedimos o apoio da CPI, pedimos o apoio da Comissão para minimizar esses problemas e pedimos também o apoio para nossas vidas, para mim, para o Dr. Guilherme, para nossas famílias. Lá é tido, quando vai ter um crime, todo mundo comenta, a cidade inteira comenta. Eu estou sendo vítima, inclusive, eu entrei com pedido de investigação porque há pessoas que vivem dizendo: *“Ah, essa juíza está com os dias contados”*. Então, pela maneira... O radialista Nicanor Linhares, a cidade inteira sabia que ele iria morrer, menos ele que não acreditava. Então, diante desse fato, dessa verdadeira apologia ao crime ou dessa boataria da existência do crime, nós pedimos a proteção do senhores. É essa a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Dr. Guilherme, Dra. Valdenisa, em primeiro lugar, manifesto nossa solidariedade e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que encaminhe expediente ao Ministro da Justiça solicitando que a Polícia Federal faça uma investigação naquela região para desbaratar a ação dessa quadrilha, e, ao mesmo tempo, assegure a integridade física do Promotor e da Dra. Juíza. Nós temos que entrar nessa luta, porque eu estive lá em Limoeiro e pude verificar que, no dia em que a doutora estava juntamente com promotores lá ouvindo, inclusive, pessoas que eram acusadas, naquele momento eles já tinham recebido ameaças de morte ou de que deveriam parar com a investigação, porque poderia sobrar alguma coisa contra os mesmos. Então, nesse sentido, seria o nosso primeiro requerimento. V.Exa. poderia encaminhar já essa situação toda, solicitando ao Ministro da Justiça que assegure proteção para a Dra. Juíza e o Dr. Promotor. Ao mesmo tempo, solicito aquilo que



ela requereu aqui, uma força-tarefa que possa atuar naquela região, desbaratando de vez aquela quadrilha que age — e pelo que nós verificamos tem apoio —, tem patrocínio de autoridades, de pessoas importantes da sociedade e que tem uma vinculação com o Rio Grande do Norte, Paraíba e também Pernambuco. Daí a presença da Polícia Federal, já que é uma ação interestadual e nesse caso a Polícia Federal deve ter uma participação efetiva, no sentido de, através de um trabalho de inteligência, de informação, ou seja, conseguir tirar, como diz o Dr. Guilherme, leite da pedra, mas conseguir tirar efetivamente informações que possam levar não apenas aos executores, mas aos simpatizantes, aos financiadores, aos mandantes e àqueles que alimentam essa cultura. Dra. Valdenisa de Souza Bernardo, Dr. Guilherme Soares Lima, em primeiro lugar, nós tivemos aqui, inclusive uma participação excelente do Deputado Paulo Duarte, que também é daquela região e que trouxe dados significativos sobre a ação da pistolagem. Também há o estudo feito pelo Prof. Ricardo que mostrou a ação da pistolagem no Ceará e a conexão desses crimes com o roubo de carga, roubo de carro, com o tráfico de armas, enfim, com o tráfico de drogas, enfim, outros crimes afins, revelando que ali não é mais uma ação isolada do pistoleiro que era contratado para fazer; mas há uma organização. Inclusive há troca de informação entre pistoleiros que cometem crimes lá naquela região — muitas vezes vêm de fora — e outros de lá que cometem e são guardados em fazendas do Ceará, fazendas do Rio Grande do Norte, fazendas da Paraíba e até de Pernambuco, ou seja, mostrando que o raio é muito maior do que o daqueles 4 Municípios que ali estariam localizados. Chamo a atenção para um Município que não está no “quadrante de ouro”, que é Jaguaribe. Jaguaribe é onde passa a BR-116. O roubo de carros e cargas ocorre também naquela região. Não faz parte da comarca, não. Então, seria importante... Se quiserem responder agora, podem. Esse fato é interessante para a gente ter...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - No caso de Jaguaribe, já houve o período áureo, digamos assim, de pistolagem. E houve uma atuação efetiva da polícia. Hoje, Jaguaribe transmudou-se. A minha opinião isolada é no sentido de que houve a atenção voltada para Jaguaribe e se esqueceu aquela região onde estão situadas esses 4 Municípios. Em função também da região geográfica, da disposição, essa facilidade de você cometer um crime aqui e sair para



o outro Estado. Parece-me que em Jaguaribe a Polícia realmente andou operando. Tanto é que, quando a Polícia age eficazmente, a coisa melhora. Em Limoeiro, pelo menos, coisas mais simples estão relativamente calmas. O que temos uma preocupação muito grande também é que, quando começa a acalmar, a polícia também começa a sair, e aí a gente teme que tudo volte, mas Jaguaribe já teve um período muito conturbado e hoje... Não sei se é a opinião do Dr. Guilherme.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pode falar, Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - A área crítica atualmente é aquela de fronteira com o Rio Grande do Norte, que é Quixeré, Limoeiro e Tabuleiro do Norte. E Morada Nova também já passou por um problema bem preocupante, mas hoje já está um pouco mais sanado aquele problema. O problema atual mesmo está concentrado entre Limoeiro e Tabuleiro, aquela região de fronteira com o Rio Grande do Norte, que tem por motivo maior essa questão da rota de fuga desses marginais. Você entrando ali na Chapada do Apodi dificilmente é encontrado. Existem várias estradas vicinais, e a Polícia não tem, de forma alguma, como coibir isso, a não ser que ela instaurasse um posto em cima da Chapada do Apodi. Podia ser até um posto federal, por ser uma região de fronteira, entre Estados, e por ter atuação de quadrilhas interestaduais. Isso dificultaria sobremaneira essa fuga dessas pessoas. Eles atualmente... se sabe que eles estão lá, escondidos; estão em outras propriedades na região; se têm notícias de que eles estão freqüentando inclusive a cidade de Limoeiro, a sede de Limoeiro, mas não se sabe por que ainda não se colocou a mão nessas pessoas. Aqueles dados que a Dra. Valdenisa trouxe são dados exemplificativos, mas essas fotos, esses casos específicos que ela trouxe são só a ponta de um novelo, porque se fosse fazer um estudo concentrado sobre todos os crimes da região, iria se ver que o número é muito maior.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dra. Valdenisa, esses dados que a senhora apresentou poderiam ser repassados para a CPI? Essas informações são importantes. E aí eu também falo aos 2, pela ação de vocês, promotor e juíza, alguns elementos vocês estão investigando e há o chamado segredo de Justiça, se vocês tiverem alguma coisa que queiram colaborar com a CPI e que a ela não possa ser dada publicidade e que possa ser divulgada numa audiência reservada, esta reunião pode ser transformada, no final, numa audiência reservada para questão de



investigação da CPI. Então, caso vocês queiram, no final do depoimento, vocês poderão dizer se teriam alguma coisa para acrescentar, em caráter reservado. Aí o Presidente determinaria a presença só dos Parlamentares e do pessoal que está aqui, para que não houvesse nenhum sentido de publicidade, mas que efetivamente nós pudéssemos ter os elementos para investigação. Mas eu pergunto, primeiro, agora, ao Dr. Guilherme. Dr. Guilherme, o senhor falou de uma quadrilha — o termo que usou, quadrilha —, essa quadrilha, que teria uma faixa de 40 mortes, pelas informações que nós recebemos, só o Chico Orelha teria 60 mortes. E a idade de Chico Orelha parece que é de 24 anos.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É, ele é bastante novo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A característica daqueles que são contratados, são jovens mesmo que são contratados, que são treinados para se transformarem e que esses jovens...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim. Ah, sim, tudo jovem, tudo gente jovem. Então, essa característica da quadrilha, era importante que nós tivéssemos, o perfil da quadrilha. O perfil das vítimas. Vocês falam de queima de arquivo: é por que sabia demais ou por que alguém cometeu um crime e também foi eliminado como limpeza, ou é mesmo a questão da eliminação de arquivo? Depois, o perfil dos mandantes e dos patrocinadores. Parece que há um patrocínio. São armas pesadas, muitas vezes armas que... há envolvimento inclusive de policiais. No depoimento, até armas e munição da própria corporação são usados para tal fim. Foi dito aqui um dado pelo Prof. Ricardo de que um pistoleiro, por dia, para treinamento, para se tornar um exímio atirador, ele teria uma faixa de 200 tiros por dia para aprender bem a dar o tiro e não errar. Então, era esse o perfil dessa quadrilha. E o senhor falou numa cadeia de crimes, quer dizer, não são coisas isoladas, mas que há uma cadeia de crimes, e que a ação dessa quadrilha que tem uma cadeia de crimes pode chegar e já estar atingindo autoridades constituídas. Além do Promotor e da Juíza, que outras autoridades estão sendo ameaçadas ou perseguidas ou recados são mandados? Têm outras autoridades?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Começando pela sua última indagação, a questão dos poderes constituídos. Além da minha pessoa, da Dra. Valdenisa, de



outros promotores que foram designados para acompanhar o caso do radialista, do Dr. Epaminondas, em Morada Nova, do Dr. Aurélio, que é do vizinho Município de Russas e que também responde pela promotoria de Tabuleiro do Norte, todos esses também, se não diretamente ameaçados, fora nossas pessoas, esses outros, se não diretamente ameaçados, difundidamente na região, quem é autoridade já se sente correndo perigo. Agora, diretamente ameaçado também está o Dr. Granja, que é o delegado regional que tem encabeçado essas investigações, notadamente no caso do Nicanor Linhares. O delegado de Limoeiro do Norte, o Dr. Fernandes, inclusive ele é tão temeroso que ele chegava a trabalhar de colete à prova de bala dentro da Delegacia. O próprio Deputado Paulo Duarte também se disse ameaçado. Então, esse clima de temor é difundido entre todos os que labutam com a Polícia, com a Justiça. Não se precisa às vezes nem receber um recado direto, mas a gente sente o clima de temor, sente o clima de ameaça. No nosso caso a gente recebeu; realmente, chegaram ao nosso conhecimento planos de ações criminosas contra as nossas pessoas. Mas, voltando à questão do perfil, o senhor já pode ver aí, pelas fotos, que são pessoas realmente novas. São jovens de 23, 24. O pistoleiro que atirou em Nicanor Linhares tinha 19 anos de idade. Nós temos um relatório do Serviço de Inteligência da Polícia que já o apontava, desde a sua juventude, como envolvido com o crime. Ocorre que se veio a saber quem era Chico Orelha quando ele, no mês de janeiro, durante uma festa no BNB Clube de Limoeiro — ele estava lá, na festa, freqüentando normalmente —, atirou em três seguranças. Matou um, deixou outro aleijado e o outro, felizmente, não ficou com nenhuma seqüela. Então, a partir daí se veio a saber quem era Chico Orelha. Até então ele matava indiscriminadamente lá, ele e esse grupo. Agora, não são pessoas que são pobres, humildes, vêm da agricultura. Não vêm, não. Não são pessoas desse perfil, não. Eles são pessoas que têm alguma posse. Há alguns que têm propriedades, como a família dos Osterne Maia, em Tabuleiro do Norte; são proprietários de fazendas, de caminhões, são caminhoneiros, e entraram no mundo do crime talvez pela sedução de ter algo mais. Conversando com um dos criminosos que está preso, que é o Andevânio, ele me disse: *“Doutor, eu tinha 19 anos. Via todo o mundo andando de carro novo, todo o mundo indo para festas; fui seduzido. Fiz meu primeiro assalto, ganhei R\$ 3 mil. Nunca mais parei.”* Então, eles foram inicialmente seduzidos por



isso. Começaram no roubo de animais. Geralmente começam no roubo de animais, depois passam para o roubo de cargas, para o assalto a ônibus, e em decorrência de tudo isso começa essa cadeia de homicídios. Por quê? Porque quando havia uma testemunha, ou havia um grupo opositor, eles começavam a matar. Então, Deputado, eu digo que essa enorme quantidade de mortes que vêm ocorrendo não se deve essencialmente à pistolagem, não. Eu acho que se deve essencialmente à queima de arquivo. E no Município de São João de Jaguaribe há inclusive uma disputa entre grupos rivais. Lá existem grupos criminosos que estão disputando a região. Inclusive, lá, para o senhor ter uma idéia, se um criminoso mata outro de outro grupo, antes de ser julgado ele já morre. Na história de São João de Jaguaribe veio a ocorrer o primeiro júri este ano, não foi, Dra. Valdenisa?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Foi.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Este ano veio a ocorrer o primeiro júri da história de São João de Jaguaribe. E o promotor que na época estava lá dizia: *“Eu não faço júri aqui porque é brincar de fazer palhaçada”*. E realmente o réu foi absolvido, por 7 a 0. Lá, eu já estou preparando o pedido de desaforamento de todo júri que chegar lá, porque não há condições de se fazer júri. Então, o perfil é este: são quadrilhas, são bandos armados, fortemente armados, que chegam ao ponto de às vezes botar a Polícia para correr. No caso da chacina, eu tenho um depoimento aqui, tomado em caráter sigiloso, de uma pessoa que me procurou, que diz que eles foram preparados para assassinar policiais no dia da chacina. Eles estavam esperando passar uma viatura, para fuzilar a viatura, armados com fuzil, com metralhadora, pessoas que estavam dando apoio a Chico e a Cássio, que vinham numa moto. Então, eles fizeram mesmo para afrontar o Estado. Eles andam muito bem armados. Andam com pistola .40, com 380, com fuzil 762. Esse próprio Dervan, que está preso, ele foi pego — só ele — com esses 3 armamentos que eu acabei de citar. Foi pego em Açu, no Rio Grande do Norte, depois de roubarem duas caminhonetes em Limoeiro do Norte. E ele sozinho sustentou um grupo de ação tática da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, enquanto o restante fugia. E ele ficou, e foi preso. Então, eles são destemidos, são perigosos, têm treinamento, fazem treinamento, como o senhor já asseverou; treinam tiro, treinam fuga, treinam



direção perigosa, e não vai ser qualquer ação isolada que vai coibi-los de continuar fazendo o que eles estão fazendo, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E as ameaças que vocês estão sofrendo, de que modo isso acontece? É carta, é telefonema, é passar à frente das casas? O que é? É ameaça de seqüestro? Como é que é? Como é que acontece?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Eu... Semana passada, eu estava no Município de São João do Jaguaribe quando recebi um telefonema de uma pessoa que não quis se identificar, mas dizia que nós não relaxássemos na nossa segurança porque havia um plano para seqüestrar um familiar da gente, para trocar por Nilson Osterne, que está preso. E ele dizia que tinha essa informação, que era segura, que ele era da região, e se mostrava muito revoltado com o que estava acontecendo, porque disse que tinha comércio lá, e não podia viajar mais para lá devido à violência, à questão dos assaltos. E veio essa informação, já ratificando outras que tinham chegado ao nosso conhecimento, através também do Deputado Paulo Duarte. Nós... E o Deputado é da região, tem muita informação lá, e no caso específico de Nicanor Linhares ele foi comunicado da morte antes de ela ocorrer, e efetivamente ela ocorreu. Então, nós não poderíamos desprezar uma informação dessa natureza, de forma alguma, até porque ele também se dizia ameaçado, juntamente conosco. E na cidade já se comentava, pessoas ligadas à Prefeitura; a Dra. Valdenisa recebeu também essa informação, que pessoas ligadas à Prefeitura também andavam comentando. Ela inclusive protocolou um requerimento junto ao Delegado, para que instaurasse uma investigação, para saber da veracidade desses rumores. Agora, é como a gente dizia: lá em Limoeiro você não precisa nem ser ameaçado diretamente, não, ou por carta, ou por telefone, não. Quando corre um rumor dessa natureza você já tem que se preocupar, como aconteceu com Nicanor Linhares. Toda a população já sabia que Nicanor ia morrer. Tem gente que diz: “*O Nicanor viveu de graça uma semana ainda*”. Dizem que ele já estava com a morte agendada, já. Então, o clima que impera lá é esse, de desconfiança, um clima que inspira muito cuidado por parte principalmente da gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E com relação aos mandantes? O perfil daqueles que executam está claro; e os mandantes e patrocinadores?



O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Desse tocante, Deputado, eu estou há três meses, só, em Limoeiro do Norte. Cheguei lá depois desse caso de Nicanor Linhares; tive oportunidade apenas de receber o inquérito policial concluído e oferecer a denúncia. Quem acompanhou o inquérito inclusive foi outro promotor, foi o Dr. Aurélio. Desses casos que eu peguei até agora, o de Nicanor teria sido o único que teria sido motivado... seria um crime de pistolagem propriamente dito, com mandante, com executor, porque nos outros casos é como eu digo: vem aquela cadeia de crimes; sempre a gente liga um crime ao outro — queima de arquivo porque a testemunha estava falando. Mas esse de Nicanor foi um caso em que a gente pôde efetivamente destacar a figura do homicídio mercenário. E o perfil do mandante, no caso lá, a gente não pode dizer, porque houve apenas indícios de quem seriam os mandantes, e a gente tomou as providências.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora que o senhor já deve ter... Porque no dia em que eu estive lá, após aquela audiência, algumas pessoas me procuraram para dizer do envolvimento de autoridades políticas com o crime organizado na região.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É, realmente têm.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vereadores, Prefeitos, proprietários, enfim.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Existem os mentores intelectuais

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Existem os protetores desse pessoal, e eles se sentem com muito fôlego, sentem-se com essa proteção para ir adiante. No caso de Nicanor, para o senhor ter uma idéia, e isso quem diz é uma testemunha do processo, Cássio, que é um desses foragidos, que é um dos mais perigosos, junto com Chico, procurou um Secretário do Município de Tabuleiro do Norte — é Sílvio Guerreiro o nome dele — para se aconselhar sobre a conveniência de matar Nicanor Linhares. E outro Secretário também, que estaria lá — é José Omar o nome dele — teria dito ainda: *“Faça, rapaz, R\$ 15 mil dá para fazer uma farra”*. Ou seja, se isso não é conivência, eu não sei o que é, um pistoleiro procurar um membro de uma Prefeitura Municipal para se aconselhar sobre a conveniência de praticar um crime. Então, isso está dito lá, está no inquérito policial, está dito pela testemunha. Disso já



se desconfiava, de que existia esse envolvimento, porque não existe justificativa nenhuma para não se conseguir pegar esse pessoal. Eles têm... eles, sempre que vão praticar um crime desses, antes e depois se albergam em fazendas; eles ficam lá, acolhidos pelas pessoas. A Polícia obviamente não pode estourar todas as fazendas, mas já houve caso de se chegar à fazenda da pessoa tal, que teve a indicação, e a panela ainda estava quente; eles tinham acabado de fugir. Por quê? Porque havia pessoas dentro da Polícia que iam avisar antes. Então, há uma cadeia, há um esquema todo que faz com que a gente esteja, assim, trabalhando, fazendo tudo dentro da legalidade, mas, oficiosamente... Existe essa tendência de se contrapor todo o trabalho da Justiça e da Polícia de forma oficiosa. O senhor falou bem aí do envolvimento de policiais. No caso de Nicanor, há um sargento do Exército que foi denunciado, que, também segundo testemunha do inquérito, fornecia munição aos pistoleiros e era muito... e tinha envolvimento com esse Cássio e Chico Orelha. Fornecia munição de fuzil a eles, e foi um dos responsáveis pela contratação dos pistoleiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o caso de terceirização de encomenda? Quer dizer, o intermediário fala com o pistoleiro, com alguém, e ele contrata um outro para fazer o serviço. Isso também...?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Eu não tenho conhecimento, Deputado, naquela região, de alguém ter sido condenado como mandante. Depois que eu cheguei lá, dos casos que eu já examinei, eu não tenho conhecimento de forma alguma, para o senhor ter uma idéia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, mas o caso é o seguinte: vamos supor que...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Mas isso não quer dizer que não exista. Eu estou dizendo da dificuldade de se chegar ao mandante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...Chico Orelha, foi feita a intermediação para que ele pudesse...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí, ele já tinha uma outra atividade; aí, ele...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Ele foi até...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...repassou para outro, para fazer o serviço.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Isso, isso. Foi. Ele, no caso de Nicanor, específico, ele e Cássio não chegaram a fazer, eles tinham cacife para isso. Mas eles não chegaram a fazer devido à repercussão que o crime ia ter. Eu não sei por que eles se acovardaram nesse caso. Então, eles passaram a bola para outras pessoas de confiança deles, que foram Vanderlei, que é irmão de Chico, e Júnior, que é um rapaz de 19 anos lá de São João do Jaguaribe. Então, na verdade, foram oito os envolvidos em toda essa trama do caso de Nicanor, fora os mandantes, oito denunciados que estavam envolvidos diretamente no crime. Mas a questão do mandante é uma questão complicada, que... Nesse caso específico de Nicanor, nós conseguimos arrecadar indícios e submetemos ao crivo de quem é competente, mas eu não tenho conhecimento de outras condenações lá em Limoeiro desde que cheguei, de processos em andamento em que se tenha tido conhecimento de quem é o mandante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Naquele quadrante de ouro, São João de Jaguaribe, como disse a Juíza, exporta...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Pistoleiro. Isso é conhecido.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...pistoleiro ou exterminadores, não é?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa exportação vai também para os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Vai, vai. Muito. Demais! Eles costumam agir muito na Bahia. Ele... pelo que a gente colheu no inquérito de Nicanor, ele se reuniu muito em Feira de Santana...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Feira de Santana?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - ...e em Esplanada da Bahia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, Feira de Santana.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - E lá eles tinham inclusive... também o apoio de um Vereador lá. Eles também recebiam o apoio de um Vereador, se eu não me engano, lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá em Feira de Santana?



O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Em Esplanada da Bahia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esplanada da Bahia?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É. Então, aonde eles chegam, eles têm um braço, têm um apoio. Eles trabalharam em transporte de carga, são caminhoneiros; então, eles conhecem vários locais do Nordeste. Aonde chegam têm apoio, inclusive aqui, em Fortaleza, também — ô, lá em Fortaleza. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E Pernambuco e Paraíba? Alguma vinculação mais, de...? Num depoimento, fala-se de fazendeiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte que davam guarida para... Depois que eles matavam, ficavam um tempo. Eles não ficam acuados; eles ficam escondidos por um tempo...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Ficam.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...e depois retornam. Não é medo da Polícia, é apenas um tempo para que eles...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Estratégico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...estratégico, para que eles possam realizar outras ações. E no momento oportuno recebem a senha; dizem: agora é sicrano, agora é beltrano. Quer dizer... Mas não há... Uma vez que, como foi dito, Chico Orelha, com esses crimes todos, não consegue ser preso, ou seja... E é dito lá que ele é intocável, porque ele está lá na festa, está na vaquejada, vai para o clube, vai à casa de autoridades, à cozinha, como se diz, e nada acontece. Nada acontece. Quer dizer, eles continuam aí, na impunidade, cometendo os crimes sem qualquer tipo de... ou seja...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Repressão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...repressão. Porque a Polícia inclusive teme executar os mandados de prisão, porque eles têm armas que a própria Polícia não tem. E muitas vezes até o mandado de prisão, quando é determinado pela Sra. Juíza ou pelo Juiz, normalmente tem alguém que é um intermediário, a quem a informação chega antes do mandado de prisão, e aí eles conseguem ir para outro lugar e não ser encontrados. É isso mesmo?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É, certamente. No caso de Nicanor, o inquérito correu de forma sigilosa. Questão de estratégia. E foi... e isso foi o responsável pela grande vitória, posso dizer assim, que a Polícia conseguiu ao



elucidar esse crime. Mas nesse caso a Dra. Valdenisa se trancava numa sala com um funcionário de confiança e entregava o mandado diretamente nas mãos do Delegado, o mandado de prisão, porque se fosse passar o mandado de prisão pela Secretaria, por todas as vias ordinárias por que se passa habitualmente, possivelmente isso iria vazar e não se conseguiria prender ninguém. Então, tinha que ser uma questão mesmo bem sigilosa, bem planejada, para se poder executar essas prisões. Informantes existem em todos os setores. Dentro da própria Justiça existem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem. Eu farei algumas perguntas à Dra. Valdenisa. Depois retorno para o Dr. Guilherme. Dra. Valdenisa, a senhora está há quanto tempo na 1ª Vara de Limoeiro do Norte?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Cheguei lá no final de dezembro do ano passado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do ano passado? Já... Há pouco tempo, lá, há a informação de que Limoeiro era uma cidade pacata, em termos de que não havia tanta violência, de que o que ocorria era mais ao redor, era em Tabuleiro do Norte, que alguns chamam não mais de Tabuleiro do Norte, mas de Tabuleiro da Morte. E lá, segundo um depoimento, uma parte do crime organizado trabalha com pistolagem e a outra com roubo de cargas. É verdade que foi a partir da questão de roubo de cargas que também teve origem essa questão do extermínio, ou o extermínio já era anterior a essa questão dos roubos de carga naquela região?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu não tenho dados estatísticos que possam responder a essa indagação. O que há de concreto — desde que eu cheguei, naturalmente — é que se fala, e a gente vê pelos dados, de roubo de cargas que ocorrem na BR-116, entre Alto Santo, porque ali há o triângulo de Alto Santo, e até Limoeiro do Norte. Este ano nós tivemos 2 casos de ônibus que foram assaltados ali, na entrada de Alto Santo, e os ladrões levaram todos os pertences das pessoas; aí, disseram: *“Agora vocês vão dar queixa lá em Russas ou Limoeiro do Norte”*. Estabeleciam o local, para poder, evidentemente, fugir. Então, eu não tenho dados estatísticos que possam, assim, relacionar esse roubo de cargas com o extermínio de pessoas. É difícil. Agora, voltando aqui só à questão do envolvimento de pessoas lá na região, um dos denunciados pela morte de Nicanor



Linhares prestou depoimento à Polícia, e ele disse, com riqueza de detalhes, como havia cometido o assassinato. Foram 6 laudas. Esse homem, quando chegou para ser interrogado, tinha 19 anos de idade; assim que nós iniciamos o interrogatório, o advogado dele chegou e pediu para falar em separado por 10 minutos com o acusado. Nós suspendemos a audiência para garantir a ampla defesa, de maneira que quando, após os 10 minutos, esse rapaz voltou, ele simplesmente não respondia mais nada. Ele dizia que tinha mentido durante todo o inquérito. Nós perguntamos se ele sabia ler; “*Não, não sei ler.*” E o seu depoimento, alguém leu? “*Leu.*” Quem? “*O Promotor de Justiça*” — no caso, o Dr. Aurélio. Então, esse rapaz simplesmente disse que mentiu em todo o depoimento, durante as 6 laudas, em tudo que falou na Polícia. Esse rapaz, o pai dele está preso, num presídio lá em Fortaleza, por crime de assassinato; tem um irmão de alta periculosidade condenado também no IPPO lá em Fortaleza; tem um outro irmão que trabalha na agricultura; a mãe ganha uma pensão do INSS. E esse rapaz tem um advogado de Fortaleza que está patrocinando a defesa. Sabe-se que é uma pessoa que não cobra barato, e ele está tendo o patrocínio da defesa por esse advogado. Então, causa espécie que uma pessoa sem nenhuma condição material possa custear os serviços de um profissional daquela estirpe. Então, é estranho. E se fala muito de que esse rapaz de 19 anos, que já é um pistoleiro, teria o apoio de uma pessoa que é sempre citada por todo o mundo, mas que sempre, digamos assim, escapa da atuação da Justiça ou da Polícia, que é a pessoa de nome Cleilson, muito citado como um dos executores desses roubos de cargas. E que essa pessoa teria vinculação com uma pessoa que está dentro do presídio em Fortaleza, que é o Wilson Trajano. Esse homem cumpre pena, mas o que se comenta é que ele comanda, ele de lá comanda essa execução, em conjunto com essa pessoa de nome Cleilson. De maneira que é realmente estranho que uma pessoa sem nenhuma situação... dá para deduzir que há um apoio por trás, de pessoas poderosas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Trajano é da turma dos Carneiro, é?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Não. A propósito da turma dos Carneiro, eu quero ressaltar... Até o Dr. Cândido, que foi Secretário de Segurança lá do Ceará, e está aqui conosco, deve conhecer um pouquinho da história do Ceará, mas ontem, entre 2h e 5h da manhã, houve uma fuga de dentro



da Polícia Federal, quando fugiu um dos integrantes da família Carneiro, que é sempre conhecida — os jornais de hoje devem trazer essa notícia — conhecida como... Essa família Carneirinho é sempre citada. Carneiro, Carneirinho. É muito citada, com atuação no Rio Grande do Norte. E esse homem de alta periculosidade, como dito pela imprensa, fugiu da Polícia Federal, ali na Borges de Melo, em Fortaleza. Estranho, não é? E juntamente com outra pessoa. Então, nós temos uma preocupação, porque se comenta, assim, que Wilson Trajano, que é de Tabuleiro do Norte, agiria em conjunto com os Carneirinho, que teriam atuação no Rio Grande do Norte.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Inclusive, doutora, Chico, sabe-se, lá se tem notícias, comprovadamente, de que ele tem relações com essa quadrilha dos Carneiro. Chico é inclusive comparado a Valdetário, que é o chefe dessa quadrilha dos Carneiro, que também nunca foi pego. Ele tem até um perfil parecido com o de Chico. É muito violento. E também parece que tem proteção lá no Rio Grande do Norte, e nunca conseguiu ser pego. Elas têm relações, essas duas quadrilhas. “Baleado”, que é um membro dessa quadrilha de Valdetário, anda muito em companhia de Chico lá em Limoeiro, fazendo assaltos também. Então, eles têm esse intercâmbio, essas duas quadrilhas. A gente tem até medo, às vezes, de eles invadirem presídios e resgatarem alguém de lá. Tanto é que os presos no caso de Nicanor a gente, por questão de segurança, decidiu colocá-los em Fortaleza, no Batalhão de Choque, porque se levados para Limoeiro corre-se o sério risco de eles serem resgatados.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Só um pouquinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - A coisa em Limoeiro está tão... assim... por que é uma cidade pacata? Eu acho o seguinte: não era pacata. Eu acho que o aparelho repressor não funcionava adequadamente, e agora houve uma explosão. Nós tivemos notícia recente de um resultado de um exame pericial que era para ter saído há um ano, ou um ano e meio, dando conta de um armamento que foi apreendido, e dando conta desse armamento vinculado a dois homicídios. Eu destaco: quando essas armas foram apreendidas, houve uma *blitz*. A polícia estava fazendo uma *blitz* quando vieram dois homens numa moto, e vinha



um carro atrás, logo em seguida. Eu só sei que a polícia parou a moto e o carro; foi simulado um defeito mecânico e o carro ficou por acolá, enganchado mesmo; eu só sei que conseguiram sair. Quando a polícia se aproximou desse carro, não tinha nada lá. Revistou, não tinha nada, e os homens efetivamente foram embora. Quando saíram o carro e a moto, no que a polícia se aproximou, havia várias armas que eles haviam rebolado... tinham jogado fora, assim, no mato. *(Risos.)* Então... Eu usei uma expressão muito nossa, que é rebolar no mato. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É isso mesmo.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Então, haviam jogado, assim, no mato. Quando agora chegou o laudo pericial, dentre aquelas armas duas foram utilizadas em homicídios praticados por esses três homens.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora fala, no seu depoimento, de pessoas respeitáveis envolvidas na receptação dos produtos que são roubados. Em outro momento fala de pessoas de reputação que são tidas como partícipes, também, dessa situação. Se... A senhora poderia citar, ou gostaria de... Que pessoas são essas que estariam, respeitáveis, envolvidas na receptação de tais produtos de roubo e lavagem do dinheiro, e essas de reputação ilibada que são tidas como partícipes?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Nós não temos como citar, porque não temos prova. Evidentemente nós não vamos fazer uma denúncia caluniosa. Mas a Polícia, em seu serviço reservado, tem dados concretos. Também não tem provas, mas tem dados concretos da atuação de diversas pessoas da sociedade. A Polícia fala em protetores, em pessoas respeitáveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Polícia lá de...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - A Polícia do Ceará, o serviço reservado.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Existe inclusive um dossiê, o Serviço de Inteligência tem um. V.Exas. poderiam até requisitar, porque eles têm o organograma de toda a criminalidade.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eles têm.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, quero solicitar esse dossiê, a fim de que nós possamos entender a realidade do crime organizado do Ceará.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Citam nomes e envolvimento.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Exatamente. E há uma diferença em Limoeiro. Eu até disse aqui, há essa distinção com outras cidades. É que há pessoas da sociedade que se ficam surpresas ao saber que aquelas pessoas estão ali envolvidas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu acho uma coisa muito peculiar, diferente, assim, dos padrões das outras cidades do Ceará.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quem é que estaria, em Fortaleza, preso, responsável pela morte de Nicanor, e que poderia ter ou teria alguém ligado ao seqüestro familiar? O senhor falou num nome...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Nilson Osterne. Nilson Osterne Maia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nilson Osterne.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E que vocês seriam... que alguém da família de vocês seria trocado por...?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Exatamente.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - É. O Deputado Paulo Duarte deu uma informação de que havia uma mulher em Fortaleza que teria ido para lá exclusivamente para planejar e executar isso aí, juntamente com outras pessoas. E a gente comunicou isso à Polícia, e a Polícia andou checando, e realmente essa mulher estava em Fortaleza. Houve essa confirmação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - E depois a Polícia a procurou, e ela negou que tivesse estado lá por esse motivo. Mas depois ainda veio outra informação de que haveria um plano de seqüestro de um familiar da gente para trocar por Nilson Osterne. E o que nos deixou preocupados é a proximidade com essa audiência no dia 15, segunda-feira.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, como nós verificamos que, na Polícia Federal, um preso lá que se encontrava fugiu, quer dizer é possível também que esse Nilson possa também... Daí a importância que tem o requerimento da Dra. Juíza no sentido de a força-tarefa agir naquela região, para inclusive assegurar... Porque se as pessoas estão lá, se há toda a segurança da Polícia Federal e conseguem fugir, imagine em outros presídios onde o pagamento de propina, de pedágio, é muito forte, e pode-se sair pela porta da frente sem qualquer represália! Daí a importância que tem o requerimento e a ação da Polícia Federal. As pessoas que tiveram a prisão cobrada ao Secretário de Segurança Pública, Dra. Valdenisa, estão com mandados de prisão expedidos?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Todos os 3 têm mandados de prisão preventiva expedidos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - É. Eu gostaria de destacar o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - A população... A gente recebe a visita de várias pessoas que começam a ter credibilidade na atuação do Poder Judiciário. E algumas pessoas nos procuram dando pistas de onde esses homens estariam. Nós sempre repassamos para a Polícia, mas ninguém tem tido, assim, uma resposta eficaz. A gente cobra. Cobramos mesmo. O Dr. Guilherme na sexta-feira passada teve um problema. Faleceu o pai dele. E houve o caso de uma pessoa que andava pegando informações da genitora dele. Um vigia viu: andava uma mulher com dois homens, num carro. Isso causou muita preocupação. Eu até lamento a maneira como ele compareceu ao velório do pai dele. Ele aqui talvez nem queira falar, porque é uma coisa dolorosa, mas a preocupação... Ele, no velório, acompanhado dos policiais, temendo... Nem podia estar no velório direito, temendo pela vida da mãe. Tirou a mãe lá da casa onde normalmente costuma ficar, muito preocupado. Eu, particularmente, recebi algumas ligações. Estou repassando o número para a Polícia e estou aguardando providências.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora já falou de envolvimento de pessoas influentes, respeitáveis; o Promotor também falou do envolvimento de



políticos; mas não conseguem obter provas e não citam os nomes. Mas que há envolvimento de políticos, e de possíveis compradores de carga roubada, e de lavagem do dinheiro, há. Como juíza, a senhora já também determinou, ou seja, expediu mandado de apreensão e busca de armas nos domicílios dos suspeitos?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Com todas as diligências que a Polícia requer e que fundamenta, eu concordo, eu defiro. Essa atuação, essa investigação sobre o crime de Nicanor, quero destacar aqui que foi a primeira vez — dito por todos os promotores que passaram pela região, por todos os delegados — que se conseguiu chegar a um índice de investigação daquele tipo. Eu quero ressaltar aqui o trabalho do Dr. Edmar Granja, que é o Delegado da Polícia Civil, porque ele realmente aprofundou. Agora, o que nós que cobramos é o resultado, com a prisão desses homens. Mas todas as medidas que são necessárias... Eu sofri represália desde que decretei a prisão temporária do sargento do Exército. Quando eu decretei as prisões das outras pessoas não tive nenhum problema; quando decretei a prisão do Sargento Edésio, tive inúmeros problemas, até advogado indo à minha casa, advogado pressionando. Eu comuniquei vários fatos à Corregedoria do Tribunal, e o Presidente do Tribunal de Justiça também nos deu apoio. Então, a partir da prisão do Sargento Edésio, eu sofri represálias de várias pessoas. Inclusive fui taxada pela imprensa de trazer insegurança jurídica à sociedade de Limoeiro, com o fato das minhas prisões. E eu fui chamada de empregada do Delegado, porque tudo que o Delegado requeria eu deferia. Então, trouxe insegurança jurídica. Houve uma vistoria do policiamento de choque, que a gente tem algumas dúvidas, até, se seria uma atuação paralela de alguém ligado à própria Polícia, para desestabilizar, para tirar o foco central, ali, daquela questão. Então, houve essa crítica pela imprensa, pelo Desembargador Federal, o Dr. José Maria Lucena. Eu estou até entrando com representação perante o órgão competente, porque a LOMAN não permite que um juiz critique o outro. Mas fui taxada de trazer insegurança jurídica pelo fato de haver decretado as prisões. Agora, eu quero ressaltar o seguinte: decretei, decreto e decretarei, desde que tenha fundamentação legal. E no caso havia, mas trouxe essa quantidade de constrangimento, em função desses fatos, porque me parece que havia uma certa reverência, ou então as medidas judiciais eram tomadas levando-se em conta a



quem atingiriam. No caso, nós trabalhamos até em conjunto, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia, tanto a Civil quanto a Militar. Eu só lamento que, depois de um certo tempo, a Polícia não tenha conseguido chegar até os demais denunciados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a senhora já falou, no seu depoimento, da ligação de roubo de carga, lavagem de dinheiro, roubo de carros, com esses grupos de extermínio, de pistoleiros, e também já respondeu à indagação acerca das pessoas envolvidas, algumas das quais estariam nesse dossiê, mas como a senhora não tem provas, não poderia citar os nomes. Mas a senhora falou, no seu depoimento, de que uma das maiores dificuldades para se chegar aos criminosos está na corrupção dos aparelhos policiais. Há policiais envolvidos, e isso mais do que está patente, esses policiais que a senhora encaminhou ao Governo do Estado, solicitando o afastamento, e parece que até hoje nenhuma providência foi tomada. É isso mesmo?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUZA BERNARDO - Veja bem, eu não tenho prova concreta de corrupção de policiais. Nós desconfiamos, em função da ausência de um resultado concreto. Em função desse fato, nós pedimos que alguns policiais fossem substituídos. Evidentemente, não posso nominar, mas nós tomamos outro dia um depoimento reservado de uma pessoa que... essa pessoa falava do envolvimento de policiais. Concretamente, eu não tenho provas. Mas nós pedimos, assim, sem mencionar que é o policial "x" ou "y", mas pedimos que houvesse uma substituição. Não foi substituído, e nós estamos sempre cobrando, porque nós fazemos a nossa parte. Então, nós queremos que realmente a Polícia Civil e a Polícia Militar ajam, ou até uma força-tarefa; que haja algo concreto nesse sentido, não é? Então, eu não posso dizer, concretamente, eu não posso dizer se foi o policial "x" ou "y", mas a população... isso que eu vou dizer aqui a população inteira comenta: um determinado policial abordou um homem da sociedade, lá, que ia levando duas pistolas e três quentinhas, e não se tem uma prova. Nós já procuramos a Polícia: vocês lavraram alguma coisa desse tipo, a apreensão de duas pistolas, uma pessoa que ia com as quentinhas? Não, não, não — houve a negativa. Mas para nós não ficou, assim, uma coisa muito segura, não. Nós temos nossas dúvidas. Em função dessas dúvidas é que nós pedimos que houvesse uma



modificação, um rodízio. Nada há de concreto contra essas pessoas, mas uma substituição acho que seria interessante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O medo tem sido a grande força que eles têm. A chamada lei do silêncio impera. É difícil até concluir alguns processos, porque, como diz o Dr. Guilherme, é preciso tirar leite de pedra, e há uma dificuldade. E a senhora citou um caso, aí, de alguém que dá um depoimento e depois desdiz tudo aquilo que tinha afirmado, a partir de uma conversa com alguém ligado ao crime. Ou seja, o medo é muito grande, e há uma cumplicidade do tipo: se se calar você vai ter uma sobrevida; se falar vai sofrer, e vai ter a característica de um crime do Orelha, que é cortar a orelha e colocar na boca da pessoa. Mas há uma figura que aparece sempre, que é Cássio Santana. Ele é sempre citado. Esse Cássio seria uma espécie de intermediário, ou... é alguém que estaria a serviço de outras figuras importantes do Estado? Ou ele também é um queimador de arquivo, como Chico Orelha, como outro qualquer?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu acho que Cássio estaria no mesmo nível desses demais que são citados. Este ano houve um crime de morte em Tabuleiro do Norte, em que a pessoa foi assassinada, e foi a língua arrancada, e foi colocado um cadeado na boca da pessoa. E esse crime eu soube que foi atribuído a um deles. Então, eles agem em conjunto, eles são executores. Há quem diga que Chico Orelha — o nome dele é José Roberto, mas ele é conhecido vulgarmente por Chico Orelha —, há quem diga que ele é um psicopata, que tem as orelhas grandes, e aquela coisa de matar e arrancar a orelha seria uma simbologia, tanto pelo fato do problema que ele tem com as orelhas como para intimidar, para mostrar que ali deve imperar a lei do silêncio. Então, quem ouve não pode falar. Mas eu acho que eles estão no mesmo nível. E eu tenho a impressão, sem dados estatísticos concretos, de que é a primeira vez numa investigação que alguém é citado como indiciado, ou que há vestígios sobre o mandante. Lá nada consta sobre o mandante. Até hoje nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu fico contente, por enquanto, e retorno a palavra a V.Exa., para que outros Parlamentares possam fazer as indagações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado João Alfredo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dra. Valdenisa, Dr. Guilherme, antes de fazer perguntas, na verdade, como esse caso ocorre no meu Estado, eu gostaria de fazer duas ou três breves considerações aqui, inicialmente, primeiro, quer dizer, para louvar o trabalho feito tanto pela Dra. Valdenisa de Sousa Bernardo como pelo Dr. Guilherme Soares Lima, que estão depondo, como também pelo Delegado de Polícia Edmar Granja. Eu penso que no nosso Estado esse foi um exemplo de que quando há uma determinação, uma decisão de se levar a cabo um processo de investigação, de se chegar aos executores, de se chegar aos mandantes, quando há essa determinação nós podemos obter algum resultado. Isso nós sabemos. Como no início essa investigação foi conturbada, com as primeiras versões que apareceram, depois, quando foram efetuadas as primeiras prisões, já relatadas pela Dra. Valdenisa, houve toda a pressão que sofreu, mas principalmente quando foram apontados os indícios que levaram aos supostos... eu vou falar em suposição: aos supostos mandantes do crime. E eu acho que esse caso, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Luiz Couto, que há muito tempo investiga essa situação, é de uma gravidade — e esse depoimento hoje reforça isso, depois o depoimento do Deputado Paulo Duarte — impressionante, de extrema gravidade. Primeiro, porque são apontados como mandantes a Prefeita do Município e seu marido, que é Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Segundo, porque ficou demonstrado, e o Deputado Luiz Couto, volto a dizer, tem estudado muito essa questão, que há uma conexão entre esse caso e outros que acontecem na região; daí por que V.Exa. acertou quando propôs a discussão, a investigação dos crimes de pistolagem e de grupos de extermínio no Nordeste, porque eles não estão separados. Não é um caso do Ceará, outro do Rio Grande do Norte, outro da Paraíba, ou da Bahia, ou de Pernambuco. Há uma relação entre eles, e aquela região, por ser uma região de fronteira e por ter, vamos dizer, dificuldade de acesso à própria Polícia, e porque tem uma história — e quem é do Ceará sabe disso, sabe que historicamente a Região do Vale do Jaguaribe é conhecida como a região de pistolagem, das famílias tradicionais, que mandavam e desmandavam naquela



região, pela força do jagunço. O poder político tinha muito entranhamento, muita ligação com isso, os Prefeitos e os Deputados acoitavam nas suas fazendas pistoleiros e jagunços. E, terceiro, porque se encontram os 3 ameaçados de morte. Quer dizer, a ousadia desses criminosos não tem limites. Até o fato que o promotor relata de que o crime conhecido como a Chacina do Limoeiro, após a morte do radialista, estava encomendado aos policiais. Para “não perder viagem” — entre aspas, é uma expressão horrorosa —, acabaram fazendo daquela morte de inocentes uma demonstração de força e um desafio ao próprio aparelho do Estado. Nada mais do que isso, porque pessoas que não tinham nada a ver com a situação foram executadas, o que acabou criando a situação de medo, de temor, de intimidação que existe naquela região. V.Exa., Deputado Luiz Couto, pôde presenciar isso na audiência pública, seja no debate, seja após o debate, quando V.Exa. ouviu alguns depoimentos em particular. Isso tudo, no meu entendimento, antes de fazer uma pergunta que eu gostaria de fazer, mostra que a questão da força-tarefa, que nós levantamos na audiência pública e reforçamos — e temos uma pessoa do Conselho de Direitos da Pessoa Humana nesta reunião — no depoimento do Deputado Paulo Duarte, é urgente. Eu não sei o que está entavando. Nós até aprovamos, *ad referendum* da Comissão, ofício ao Ministério da Justiça, à Secretaria dos Direitos Humanos. Não sei se seria o caso, mas sugiro para a análise de V.Exas. uma audiência com o Ministério da Justiça, com o Secretário dos Direitos Humanos, porque — a doutora juíza disse muito bem — todo esse trabalho pode se perder se não houver uma ação expedita, imediata, forte, uma demonstração de força do aparelho do Estado naquela região, entrando mesmo, estourando mesmo as fazendas onde se acoita, entrando pelas matas da Chapada, onde todo o mundo sabe onde pode estar isso. Acho que essa é uma questão fundamental. Como também é fundamental, creio que todos estamos de acordo, a proteção à vida desses funcionários da sociedade que se encontram nessa situação. Falei com a Dra. Valdenisa logo após a nossa ida. As ameaças, Deputado Luiz Couto, se deram após a ida da Comissão a Limoeiro, uma Comissão do Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e também desta CPI, presentes V.Exa., eu e o Deputado José Pimentel, que também é do nosso Estado. Nossa visita foi para reforçar, para apoiar o trabalho feito pelas autoridades do Estado — não entramos



nem no mérito, não é o nosso caso de entrar no mérito de quem é ou quem não é culpado, até porque sabemos, nós que somos da área do Direito, que, até sentença transitada em julgado, todos somos ou todos são inocentes —, apoiar o trabalho de investigação, garantir que esse trabalho de investigação não sofra interrupção, seja pela pressão, seja pela intimidação. Então, eu acho que nós temos responsabilidade sobre essa questão. E mais ainda, preocupa-me o problema dos supostos mandantes, na medida em que não cabe ao Dr. Guilherme fazer a denúncia da Prefeita, uma vez que é competência da Procuradora-Geral da Justiça, tampouco do desembargador federal, o que é competência da Procuradoria-Geral da República. Quer dizer, nós queremos que esse caso seja apurado, e eles têm que ser levados, até, para, se for o caso, provarem inocência. Mas não, vamos dizer, ser levado às últimas conseqüências do ponto de vista da apuração. Eu faria, portanto, uma única pergunta aos 2, se souberem me informar: se efetivamente foi feita a denúncia dos mandantes, seja pela Procuradoria-Geral da República, seja pela Procuradora-Geral da Justiça, Dra. Socorro França.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Com relação, Deputado, à Procuradoria de Justiça do Ceará, tive a oportunidade de acompanhar já alguns trabalhos, depois que foram enviadas aquelas peças para lá — eu fui chamado para uma Comissão lá, para prestar alguns esclarecimentos —, e, no que concerne àquela instituição estadual, eu posso lhe dizer que está tomando as providências. Mas não posso lhe garantir se é no sentido de denunciar ou de pedir algumas diligências nas investigações.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Quais são as providências que estão sendo tomadas no âmbito da Procuradoria-Geral da Justiça?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Bem, até onde eu estive presente, eles pediram alguns esclarecimentos, até porque o inquérito é muito volumoso, são mais de mil páginas, são 5 volumes, e me pediram alguns esclarecimentos para eu mostrar onde é que estavam algumas peças, já que eu conhecia aquele inquérito amiúde. Levei algumas informações complementares, que eu já tinha em Limoeiro, e senti por parte daquele órgão uma tendência — eu não sei se vai ser feito — no sentido de oferecer denúncia. Inclusive a já Dra. Socorro me ligou semana passada e me disse que já estavam trabalhando em cima disso. Agora, quanto à



Procuradoria da República, obviamente, eu não posso dar nenhuma informação nesse sentido. Também senti, por parte da Dra. Eliane, que é a Subprocuradora-Geral, pelo menos a boa vontade e o empenho de levar isso adiante. Não cabe a mim fazer um juízo de valor sobre a insuficiência dos indícios, se eles podem ou não denunciá-lo com o que eu aponte. Se não se sentirem satisfeitos, eles podem pedir outras diligências Mas eu senti uma boa vontade e um empenho por parte dela também nesse sentido. Resta-nos aguardar.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Pois não, doutora.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Deputado, eu queria só aproveitar para destacar um fato. A Comissão, no dia em que vocês foram até Limoeiro do Norte, nós estávamos fazendo uns interrogatórios de alguns dos acusados — pressão muito grande, aquela confusão toda. E quando vocês adentraram ali, eu acho que renasci, criei alma nova — coloquei isso no *e-mail* que mandei para a Dra. Maria Eliane —, porque nós nos sentimos assim... Nós sentimos que alguém estava preocupado conosco, que não era apenas aquela coisa de vamos fazer, vamos ver, e sim algo concreto. Nós sentimos esse apoio. E eu quero agradecer por aquele dia. Poderia o apoio ter ido no outro dia, mas naquele dia, então, foi simbólico, foi muito importante para nós que estávamos interrogando, o próprio sargento estava ali. À época, tinha uma história de que o pai do sargento estaria atrás de nos pegar. De maneira que, quando vocês entraram na sala de audiência, eu falei para o Dr. Guilherme: hoje eu criei alma nova, ainda vou adiante.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Dra. Valdenisa, V.Sa. sabe e o Dr. Guilherme sabe que, muitas vezes, sou muito duro na questão do Judiciário. Eu até propus uma CPI do Judiciário. Mas ontem, no pronunciamento que fiz aqui a respeito do Dia Nacional da Justiça, eu comecei homenageando os juízes e as juízas, evidentemente, todos os magistrados que honram a toga. Eu acho que V.Sa. não tem nada que agradecer. Na verdade, o que nós temos é que fazer o registro da coragem cívica — para mim é coragem cívica — de V.Sas., volto a dizer, tanto a juíza, como o promotor, como o delegado de Polícia, de levarem a cabo essa missão institucional naquela situação, naquela realidade, que nós conhecemos como é. Quantos outros já passaram e se omitiram. Inquéritos que nós sabemos que são feitos para não apurar, promotores que não realizam diligências, juízes que não



querem julgar, porque querem, vamos dizer assim, se proteger. Talvez a situação tenha chegado a esse ponto em uma cidade como Limoeiro, que eu conheço tão bem, uma cidade-pólo naquela região — é sede do bispado; é sede de uma faculdade de educação; é um pólo comercial e agrícola —, de viver uma situação de temor generalizado, por conta, vamos dizer, da impunidade que vinha acontecendo. Então, agora nós vivemos outra realidade ainda não resolvida. Daí a importância, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Luiz Couto, de que todo o apoio que se possa dar para essa apuração não deve ser negado nem pelo Conselho dos Direitos Humanos, que está inteirado, através da Dra. Eliane e dos demais membros que estiveram lá presentes, nem desta Comissão. Finalizando minha breve intervenção, eu acho que o Deputado Luiz Couto, no seu interrogatório, já levantou todos esses dados e sei que V.Sas. vão passar outras informações, outros documentos à CPI que poderão enriquecer. Penso, Deputado Luiz Couto, que, com esses depoimentos que estão sendo tomados, V.Exa. poderá certamente fazer um organograma do crime organizado na região, entender as conexões, as correlações que existem da pistolagem, dos grupos de extermínio nos diversos Estados e ajudar evidentemente aquelas autoridades que querem chegar a esse ponto. Eu queria, Sr. Presidente, Sr. Relator, apresentar aqui uma sugestão, apenas como, vamos dizer, uma necessidade de sabermos, de termos a certeza de que esse resultado não ficará perdido. Seria que se oficiasse a S.Exa., o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, que, inclusive, naquela reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana se comprometeu, aliás, requisitou a documentação, e à Procuradora-Geral da Justiça do Estado do Ceará, Dra. Socorro França, indagando quais as providências tomadas tanto no âmbito do Ministério Público Federal como no do Ministério Público Estadual com relação à denúncia dos supostos — eu uso essa expressão — mandantes desse crime. Acho que isso é importante para que eles recebam o pedido formal, oficial desta CPI e possam informar à CPI com relação a essas providências. Queria submeter evidentemente ao crivo de V.Exas., Sr. Presidente, Sr. Relator, para que possam eles receber esse nosso pedido e informar à CPI das nossas providências. Eram só essas considerações que nós gostaríamos de fazer. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós estivemos na reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e lá estava presente o Dr. Cláudio, que, a partir do relatório que foi encaminhado, solicitou as peças dos inquiridos, para que pudesse fazer a análise e até denunciar, fazer a denúncia daquelas pessoas que são acusadas de envolvimento. Dra. Valdenisa, há uma figura que aparece nos depoimentos que seria o fato de que na Barragem do Castanhão teríamos corpos enterrados, daqueles crimes misteriosos nos quais o corpo não aparece, e as famílias reclamam os corpos para enterrá-los, para fazer um registro de morte, para que as esposas tomem as providências, porque elas não têm como provar que são viúvas, porque o corpo não aparece, nem tem a vítima, nem tem o réu. A senhora ouviu alguma coisa acerca de que naquela região haveria um cemitério clandestino onde esses corpos seriam enterrados, para que não se deixasse nenhum tipo de marca?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu desconheço essa informação. E até porque a impunidade é tão grande, que eu acho que nenhum matador tem a preocupação de esconder corpo, não. Ele mata à luz do dia, como é o caso desse Antônio Rocha, e logo em seguida, 2, 3 meses depois, uma das pessoas que reconheceu um dos matadores também estava morta. Então, eu acho que não é essa... Eu desconheço. Eu acho que não há essa preocupação de esconder o corpo, não. Eu realmente desconheço. Pode ser que o Dr. Guilherme tenha alguma informação nesse sentido.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Não, eu também estou há pouco tempo na região. Talvez haja um pouco até de fantasia nesse tipo de informação. Não sei. A região do Castanhão é outro Município, é Nova Jaguaribara, se não me engano. Já fica um pouco mais afastado de Limoeiro. Pode ser que isso tenha acontecido tempos atrás, onde havia a pistolagem no sentido estrito do termo, se matava por... uma pessoa mandava, outro matava. Mas agora o crime lá já está tão banalizado, que, como a Dra. Valdenisa disse, não há essa preocupação mais de esconder corpo, não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, foi colocado também aqui que o alistamento de matadores, isso acontece com idade cada vez menor. Tem até casos no depoimento do trabalho do Prof. Ricardo Henrique Arruda de Paula. Ele fala de menores que são preparados para se transformarem depois em executores. Também vocês tiveram conhecimento disso aqui, de que há uma preparação inclusive de menores, que eles chamam lá de lambe-rapadura?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Eu já tive conhecimento de um caso dessa natureza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Já, em São João do Jaguaribe, eu já tive conhecimento de um familiar de uma pessoa que foi morta. E a pessoa me disse: fulano de tal, que era parente dessa vítima, com 16 anos de idade estava sendo preparado para vingar a morte do parente. Então, eles têm esse culto ao pistoleiro, tem essa preparação prematura. O próprio Júnior, que foi um dos assassinos do Nicanor, antes da sua maioridade já estava disseminado nessa prática da pistolagem. Com 19 anos, ele veio a ser pego pela primeira vez.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso de um crime que aconteceu no Município de Iracema, e também lá em Tabuleiro do Norte, onde o taxista, no caso de uma mulher que foi assassinada, ela era o próprio agenciador. No *modus operandi* que a juíza coloca, tem moto com 2 pessoas com capacete e 1 moto atrás dando proteção. Parece que no caso lá dos 7 era 1 moto e 1 carro, 1 carro. Alguma vez taxistas foram envolvidos também como agenciadores desses crimes?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Deputado, o que se pôde colher de verdadeiro com relação à atuação de taxista é a colaboração efetiva de moto-taxistas, principalmente na questão da informação. Em Limoeiro, se não houvesse aparelho celular, talvez não ocorresse essa quantidade de crimes. Por quê? Porque essa quadrilha tem uma peculiaridade em agir. Eles chamam de passar o serviço. Geralmente, alguém vai na frente, vê a vítima, liga para o executor, e o executor vem numa moto, chega, executa e vai embora. E os moto-taxistas ficam em alguns pontos estratégicos das cidades, fiscalizando a passagem da polícia ou de alguém que possa impedir essa ação criminosa. No processo do Nicanor tem um deles que é nossa testemunha — está inclusive no PROVITA — e era figura



essencial nessa articulação que se fazia de informação. Então, o moto-taxista, em Limoeiro, é uma pessoa bastante utilizada nesse tipo de prática, no sentido de passar a informação para as pessoas que ficam à espera para chegar no local e executar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse quadrante do ouro... Num depoimento, é dito de que o ouro chamado negro vem de 2 situações, que é o roubo de cargas e dos cartãozeiros. Isso também acontece em outros locais. Isso acontece também na região polarizada por Limoeiro?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Não, não tenho conhecimento da atuação de cartãozeiros, não. No Ceará, a ação dos cartãozeiros se resume mais na região do Crateús. Lá, é bem específica a atuação dessa quadrilha. E não se tem, em função dessa atividade, essa represália com a prática de homicídios como tem em Limoeiro, não. Em Limoeiro, eles são muito mais agressivos, pela natureza da atividade criminosa que eles exercem, diferentemente da região do Crateús.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí o quadrante de ouro estaria vinculado à lavagem? Por que essa denominação quadrante do ouro?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Dra. Valdenisa.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Quadrante em função das 4 cidades...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, é, é.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - ... que são próximas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do ouro.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Quadrante do ouro é que o homicídio estaria vinculado a um lucro, não é isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lavagem e...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - É... Não, não sei. Aliás, se desconfia de lavagem. Há algumas coisas caminhando nessa direção. Eu não posso dizer que há, evidentemente, lavagem de dinheiro. A própria vítima, o radialista... Falava-se muito de algumas coisas que ela praticaria, tipo extorsão. O que é certo é que a vítima era bastante controvertida, muito polêmica, pela maneira de atuar no rádio. O rádio, lá em Limoeiro do Norte, aliás, na região, as rádios de Limoeiro têm uma penetração na população uma coisa impressionante. Então, era



um formador de opinião. Agora, muito polêmico, muito controvertido, não é? Então, dizem que ele próprio teria alguma atuação, digamos assim, marginalizada. Concretamente, eu não sei. Mas fala-se disso. A penetração lá é muito grande. E o quadrante de ouro seria nesse sentido. Agora, olhe...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque corre muito dinheiro.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - É, com certeza. Porque, veja bem, lá, o que teria para se trabalhar? A agricultura, a região rica lá do Apodi. Mas tem muita gente que não tem uma atividade rentável e você vê com uma moto, com um carro. Você vê com um padrão de vida que dá para desconfiar que tem algo mais por trás daquilo ali, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, tem a Chapada do Apodi...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Sim, pelo mapa aqui dá para ver. Olhe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...e a Chapada do Araripe, não é?

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Não, a Chapada do Araripe é lá no sul, naquela região do Cariri.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Cariri.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - A Chapada do Apodi. Olhe pelo mapa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É aí onde há a atuação desse...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - É, aqui tem um extremo com o Rio Grande do Norte. É exatamente isso aqui. Aqui existe uma serra, não é? Aqui seria Limoeiro, Morada Nova, São João do Jaguaribe. Pelo outro mapa dá para ver, bem pequenininho. Aqui seria já o Rio Grande do Norte. Natal, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Seria isso aqui. Aqui é uma serra, onde tem essa Chapada do Apodi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Serra. Cheio de estradas vicinais, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vicinais.



A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Aqui, olhe. Deixe-me lhe mostrar aqui. Dá para ver aqui. Vou lhe mostrar exatamente onde fica o quadrante de ouro. Espere aí que está trocado. Aqui, Rio Grande do Norte, olhe, Quixeré.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Essa cidade aqui foi sitiada. Aqui, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe. Seriam essas 4? Iracema, aqui. Jaguaretama, Jaguaribara. Olhe, aqui tem a BR que corta todas essas cidades, a BR-116. Então, esse pessoal atua aqui. São João do Jaguaribe, o Dr. Guilherme colocou bem, nós fizemos um júri lá por teimosia. Que lá não tem condições...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hã, hã.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - ...de fazer júri.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu digo: "*Eu quero mostrar que aqui existe Justiça*". Mas esse pessoal fica nesse quadrado aqui por quê? Porque a polícia sempre atuou em Jaguaribe. Aí, como a coisa veio para cá, houve a modificação para lá. Agora, a gente tem que entender também a questão cultural. Normalmente, esses homens que cometem esses crimes têm vinculação com vaquejadas, freqüentam vaquejadas. É muito comum, não é? E, além de cometerem os crimes, eles ficam lá no mercado central de Tabuleiro, se reúnem, e cada um lá vai falar das peripécias...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hã, hã.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - ...que naturalmente envolvem os crimes. É muito comum. Por isso, às vezes até se descobre se quiser. Porque eles cometem e ainda ficam se gabando, fazendo apologia, como se fosse uma grande coisa. Aí você vê aqui pelo mapa. Aqui, Rio Grande do Norte. Ainda pega um pedaço da Paraíba, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Paraíba, é.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.



A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - E, aqui, a cidade do Rio Grande do Norte é Caraúbas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Caraúbas.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já teve inclusive morte também lá.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Pois é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inclusive do, de...

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Nós temos uma notícia aqui que nos foi informada pelo Dr. Ricardo, que faz parte da tese dele. Ele trouxe uma reportagem para a gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - É uma notícia de 2001, fazendo essa vinculação. O Prof. Ricardo está defendendo uma tese...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - ...de doutorado em sociologia. Eu vou ler só um pedacinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - *“Diário do Nordeste, 15/11/2001. Pistoleiros que atuam no Ceará encontram porta aberta na divisa potiguar. Não há nenhum policial permanente na Chapada do Apodi que impeça o trânsito livre de pistoleiros entre o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. A região de divisa que compreende a Chapada do Apodi é local preferido de refúgio para os matadores de aluguel que atuam no interior do Ceará. Para lá também vão se esconder ladrões de cargas e de veículos que cometem crimes no Vale do Jaguaribe. A constatação é das próprias autoridades cearenses, especialmente policiais civis que trabalham em Municípios próximos da divisa, como Tabuleiro do Norte, Pereiro, Ererê e Iracema. Apesar disso, a divisa é verdadeiramente uma porta aberta para os delinqüentes. Não há, naquele setor, nenhum tipo de barreira permanente que impeça o trânsito livre dos pistoleiros entre o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Repórteres do Diário do Nordeste constataram, in loco, tal situação de insegurança”.* Bom, esse aqui é um estudo feito por um estudante da área de sociologia, ele está fazendo doutorado, o Dr. Ricardo. Parece-me muito



sério, porque ele faz uma pesquisa, não são apenas dados obtidos em jornais. Ele está fazendo uma pesquisa. Quando houve a chacina lá em Limoeiro do Norte, ele inclusive foi entrevistar segmentos lá, pessoas da Faculdade de Direito, lá da FAFIDAM. Entrevistou várias pessoas. Então, ele está fazendo um trabalho científico me parece que de credibilidade, em função da pesquisa que é feita. Aqui ele traça um paralelo, fala da insegurança, não é? Ele pegou essa notícia e me mandou por *e-mail*. Aqui tem uma reportagem mostrando diversos fatos. Aqui, inclusive, relata de um juiz que teve o carro roubado, não é? Olha: *“O bando desmantelado era formado por 3 braços: um deles baseado em Limoeiro do Norte; o segundo em Açu e Caraúbas, Rio Grande do Norte; e o terceiro em Aracati, Ceará, e Mossoró”*. Então, fica clara esse intercâmbio entre pessoas do Ceará e do Rio Grande do Norte...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hã, hã.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - ...nessa coisa da criminalidade. Eu posso deixar isso aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu vou deixar o material.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O doutor falou da questão do Chico Orelha. Nós estivemos lá na semana passada. O delegado de Pernambuco... Lá tem um papa-orelha. Não é Chico Orelha, é papa-orelha mesmo. E ele, o Ná, fala do Ricardo. Ele falou de um ratinho que não apenas cortava orelha, mas botava cadeado na boca. É lá do Ceará. Ou seja, era para deixar uma marca assim: corta a orelha, não é para ouvir; mas também cadeado na boca. Era a marca desse ratinho. Ou seja, na realidade, cada um tenta se apresentar de uma forma, deixando a sua marca. É claro que ao analisar isso aqui, verificar se é uma questão mesmo daquilo, mostrar que eles têm força e que a impunidade é grande e que não tem ninguém que vá prendê-los, porque eles têm cobertura, e normalmente há cobertura. Há cobertura, inclusive, como dito, de alguns que são simpatizantes, que gostam das coisas que esses pistoleiros fazem. Ou seja, eles também têm uma cultura de que devem ser eliminados. Então, uma coisa que me chama a atenção é que, na realidade, há uma ação que é integrada naquela região, que polariza o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. E o Dr. Ricardo fala que naquela outra região



Pernambuco tem uma ação muito forte com o Ceará, naquela outra região que não está, aquela região próxima a Juazeiro, a Barro. E que poderia, inclusive, ser uma vinculação maior com aquela região do Polígono da Maconha, em Pernambuco, que teria ponte com o Piauí, com o Ceará e com outros Estados do nosso País. Mas o que me deixa uma questão é sobre a ação de policiais do Rio Grande do Norte que são contratados para ações no Ceará, de policiais da Paraíba que também seriam, e vice-versa. A imprensa publicou ultimamente 2 pessoas que teriam sido executadas, queimadas, e que essas pessoas, pela informação, estariam para realizar uma ação de queima de arquivo, ou de pistolagem, e que estiveram no caminho, quer dizer, foram assassinadas e também queimadas. Se naquela região deu para vocês... A doutora juíza já fala de indícios de alguns policiais que deveriam ser afastados, sem citar. Se essa relação... Porque na fala do Prof. Ricardo, ele não cita só, mas tem outras regiões também do Ceará que teria essa vinculação. Se isso é freqüente também naquela região. Eu sei que da Chapada do Apodi basta descer ou basta subir que ali acontece muito bem. E parece que esses pistoleiros, como fica próximo também de São João do Jaguaribe, que exporta pistoleiros, normalmente isso pode ser. Pistoleiros que sejam civis já são perigosos e pistoleiros policiais são muito mais perigosos.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Realmente, em todo organismo policial ninguém pode descartar que existam pessoas envolvidas com a criminalidade. E em Limoeiro não há de ser diferente, na região também não há de ser diferente. No caso específico, comprovou-se o envolvimento do sargento Edésio, que era chefe do tiro de guerra, era sargento do Exército brasileiro, com essa quadrilha. E, ademais disso, se tem notícias também de outros policiais militares, e de um policial civil também, que são informantes desse grupo. E no Rio Grande do Norte também não é diferente o quadro. Agora, claro que é a minoria. Em toda profissão, em toda função, existem pessoas que não desempenham sua função da forma como deveriam. No Rio Grande do Norte, essa quadrilha dos carneiros, que tem Valdetário como um dos seus líderes, se sabe também que há um envolvimento de policiais, há cobertura de policiais. E há esse intercâmbio entre os 2 Estados, entre os criminosos dos 2 Estados e, possivelmente, também informações entre polícias, até porque, em muitas das ações policiais, não se chega a uma conclusão satisfatória, devido a



esse tipo de vazamento de informação. Então, não se descarta de forma nenhuma, não. Nós temos nomes de pessoas, mas eu não gostaria de citar aqui, por uma questão de informação sigilosa. Posso até depois dizer para a CPI — tem um depoimento de pessoas que falam de policiais. Mas nós já passamos inclusive isso para o Secretário de Segurança do Estado, e esperamos que ele apure. Agora, Deputado, com relação ao perfil, que o senhor estava falando, da região, o senhor falou com muita propriedade quando disse que às vezes o bandido lá é até idolatrado. O pistoleiro, às vezes, chega a ser cultuado na região. Tem gente que respeita o pistoleiro. E não é incomum que, em determinadas festividades, em fazendas de pessoas importantes, se tenha a presença de pistoleiro, transitando livremente, participando da festa. Eu acho que essa conotação de Limoeiro do Norte, do Vale do Jaguaribe, só irá mudar no dia em que a sociedade se sensibilizar de que ela tem de acabar com esse tipo de acolhimento, com esse tipo de omissão. No dia em que todo o mundo tiver a coragem de testemunhar, tiver a coragem de não mais permitir esse tipo de comportamento, eles vão se sentir mais intimidados, porque eles vão saber que, se fizerem, vai ter gente que vai chegar na frente de um juiz, de um promotor e vai dizer quem foi. Talvez eles tenham chegado a esse ponto devido a esse sentimento que existe lá, na sociedade, de acovardamento e medo, realmente um medo que se justifica em função do comportamento deles.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Pela ordem, Sr. Presidente, Sr. Relator. Só um minutinho. O Secretário Especial dos Direitos Humanos, nosso companheiro Nilmário Miranda, está no Plenário 11, fazendo um debate sobre essa questão da violência no campo. Eu queria sugerir — vou voltar para lá, porque nós somos até da Comissão também — que, ao término dos depoimentos da meritíssima juíza e do promotor, fôssemos para lá, até para apresentar, para aproveitar o momento em que ele está aqui, para colocar aquela necessidade da força-tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Está o.k.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Essa é a sugestão que faço ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Em relação a essa vinculação com Pernambuco, eu confesso que, em todos os processos e todos os inquéritos, eu vejo a vinculação partindo de São João do Jaguaribe até o Rio Grande



do Norte. Eu não vi ainda nenhum processo que tivesse pessoas de Pernambuco. Além dessas cidades citadas, a gente vê uma vinculação com pessoas da Bahia, da cidade de Esplanada, na Bahia. A gente já viu em alguns processos. O próprio Júnior, um dos denunciados pela morte do Nicanor, perdeu os documentos quando saía da rádio, onde praticou o crime, e depois tirou uma identidade na cidade de Esplanada, na Bahia. Nós temos os documentos. Então, a gente vê sempre essas cidades sendo citadas. E aí é que teria a vinculação com a pessoa de nome Cleilson. Mas Pernambuco eu nunca vi realmente. A coisa lá é tão forte assim — a questão do homem que mata e fica fazendo apologia — que esse rapaz, o nome dele é Júnior, Lindonor Júnior, desde o início, a polícia se mantinha assim meio silenciosa, mas já se sabia que ele estava envolvido. E a nossa Comarca é Limoeiro do Norte. Nós temos uma Comarca vinculada, que é São João do Jaguaribe, às quartas-feiras nós vamos para lá. Então, nós estamos indo com proteção policial e essa coisa toda. Mas eu recebi uma ligação telefônica do delegado, que esse rapaz estaria escondido numa casa que fica a uns 10 metros do fórum de São João do Jaguaribe. E o delegado nos pedia para que montasse campana dentro do prédio do fórum, porque, se ele ficasse fora, claro, não teria condição de fazer a prisão. E nós autorizamos, num sábado, e ele efetuou a prisão. Ele montou campana dentro do fórum, e o rapaz estava muito próximo. Quer dizer, todas as quartas-feiras, nós estamos lá. Bem se vê a questão da impunidade, essa questão de é o machão, é o homem, é valente, e a população sabe disso, que a pessoa está ali escondida, e é como se apoiasse.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que, como sugestão, uma vez que há demora muito grande para uma força-tarefa e uma nova audiência com o Ministro da Justiça, que nós possamos solicitar a presença de um grupo de elite da Polícia Federal, para que possa fazer esse trabalho de diligência, de informação, de inteligência e desbaratar a ação e ao mesmo tempo assegurar a integridade dos promotores e da senhora juíza. Então, eu queria dizer que foi muito importante esse depoimento, tanto o depoimento da doutora juíza como do Dr. Guilherme, e assegurar que esta Comissão deve exigir das autoridades que esses crimes sejam todos investigados, dando todas as condições para que o Judiciário e o Ministério Público possam cumprir as suas tarefas constitucionais, mas



também assegurando a vida e a proteção para aqueles que estão investigando. E, ao mesmo tempo, eu queria solicitar ao Dr. Guilherme e à Dra. Valdenisa que a documentação seja anexada aos depoimentos. Se não a têm aqui, se não têm aqui essa documentação, poderão, depois, encaminhar para esta CPI aquilo que for possível. Muito obrigado.

A SRA. MARIA VALDENISA DE SOUSA BERNARDO - Eu só quero agradecer a oportunidade que vocês estão nos dando de podermos ajudar a divulgar os problemas que estamos enfrentando. E dizer que estamos à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece ao promotor, Dr. Guilherme, e à juíza, Dra. Valdenisa, pela contribuição que, a meu ver, no meu entender, deram a esta CPI. Eu, hoje, agora à tarde, não tenho mais dúvidas do que vem acontecendo na região de Limoeiro do Norte, Ceará. É preocupante quando a gente ouve de autoridades como V.Exas., e está comprovado pela fala de ambos, mais uma vez, a omissão do Poder Público, de quem de direito, não sei se da Secretaria de Segurança Pública do Ceará, não sei também se de parte do Ministério Público, do Judiciário, porque vem ocorrendo esses grupos de extermínio há vários anos, e vem se agravando. E a gente vê até porque todas as pessoas que vieram falar nesta CPI registraram a omissão dos Estados, de quem faz parte da segurança pública, não sei se de Governadores, Secretários de Segurança e parte da magistratura e do Ministério Público. Eu tenho certeza, Deputado Luiz Couto, de que, pelo que ouvimos aqui de ambos, não tem outra solução senão a interferência federal. Tenho certeza absoluta de que, se não houver boa vontade do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Ministro da Justiça, não vai se chegar a lugar nenhum, porque cada dia a gente fica mais consciente da omissão de quem de direito e de fato para apurar e punir os verdadeiros culpados. É óbvio que a magistrada e o promotor não citaram nome de pessoas, mas o caso lá do Ceará é um caso que toda a sociedade, hoje, brasileira está sabendo. E eu acho que isso deve, devemos, o mais rápido possível, procurar as autoridades federais para que a gente possa chegar... É aquela história. Porque muitas das vezes a Justiça nossa, brasileira, num modo geral, chega a pegar os peixinhos, quem executou. Mas os peixes grandes continuam nadando em alto mar



e ninguém tem acesso a esses peixes grandes, só através de uma força-tarefa mesmo, federal, que possa chegar. Agora eu faço uma pergunta ao promotor. Ele citou... Dr. Guilherme, você citou aí na sua exposição a possibilidade, não sei se ficou bem claro para mim, no roubo de cargas, não sei se é isso, uma conexão com alguém da Bahia, de Feira de Santana e Esplanada. Não sei se é o nome de um Vereador, é isso? Se V.Sa. tem o nome desse Vereador, para que esta CPI possa convocá-lo.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA – Eu posso consultar nos autos do inquérito, onde é citado esse episódio, se tem o nome dele, do Vereador. Eu posso também fazer uma incursão junto ao delegado, que ele obviamente sabe, o Delegado Dr. Granja. Mas de cabeça aqui eu não me lembro o nome dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Porque, Deputado...

(Intervenção inaudível.)

O SR. GUILHERME SOARES LIMA – Desse Vereador na Bahia eu não tenho. Ele é citado por... o Dervan, que é um quadrilheiro que está preso lá, como sendo a pessoa que acolhe essas pessoas lá. Eu posso enviar para cá o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Eu, Deputado Luiz Couto, que já atuei, ainda hoje faço parte do transporte rodoviário de cargas, tenho certeza absoluta que o roubo de carga é uma conexão no Brasil todo. É em Sergipe, no Ceará, em Pernambuco. Então, para esta CPI é de suma importância o nome, ver se a gente consegue o nome dessa pessoa...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA – Eu mandarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - ...para que esta CPI possa convocá-la, para que ele venha a esta CPI prestar alguns esclarecimentos. No mais, eu gostaria de agradecer a ambos. Se quiserem fazer uso da palavra para suas considerações finais, sintam-se à vontade.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA – Eu gostaria de fazer minhas as palavras da Dra. Valdenisa no que toca ao agradecimento e ao papel essencial que esta CPI tem realizado no combate a essa criminalidade ostensiva no Nordeste. E o apoio que ela tem nos procurado prestar, juntamente com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vai ser salutar para que nós possamos desempenhar nossa atividade com lisura, com isenção, isenção do ponto de vista não legal, mas



do ponto de vista que nós não fiquemos preocupados com outros assuntos relacionados à nossa segurança e possamos nos dedicar ao nosso trabalho, que é o que importa. E eu, a título até de ilustração e de alguma... Um dado que eu poderia acrescentar, se for conveniente para a CPI, a oitiva de duas pessoas lá em Limoeiro do Norte, que um deles, inclusive, é parceiro do Chico e do Cássio para toda obra, que é o Andervânio Aquino Nogueira, que está preso. Nós estamos, inclusive, buscando aqui em Brasília também a inclusão dele no serviço de proteção especial de réu colaborador. Andervânio Aquino Nogueira, esse rapaz tem 20 anos de idade, é quadrilheiro, mas ele já foi o responsável pela elucidação de diversos crimes na região, principalmente de assaltos. E ele é um dos principais parceiros do Chico e do Cássio.

(Não identificado) - Está preso?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Está preso e já confessou em diversas comarcas por onde foi ouvido. Segunda-feira vai ser ouvido no crime do Nicanor Linhares. É uma das nossas grandes testemunhas no crime do Nicanor Linhares. Ele não é denunciado nesse processo, mas ele participou ativamente dos roubos de carga e de outros crimes e conhece profundamente a atuação do Chico e do Cássio. Então, a oitiva dele eu acredito que acrescentaria muita coisa aqui. E também a do Marcelo, que é outra testemunha, que era informante do grupo, que é moto-taxista. Esse está no programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas no Ceará.

(Não identificado) – Marcelo...

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Marcelo Araújo Freitas. A denúncia do Nicanor traz bem esmiuçado o depoimento de cada um. Eles são as testemunhas chave desse processo do Nicanor, conhecem profundamente a criminalidade da região e estão dispostos a ajudar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - O primeiro está preso, que é o Andervânio Aquino Nogueira, mas ele está precisando de uma proteção especial, porque a família dele inclusive está sendo ameaçada. O Marcelo está no PROVITA. Ele é testemunha, ele não é réu. O Dervan é réu em outros processos e, no do Nicanor, ele é só testemunha. No mais, queria deixar meu agradecimento, em nome do Ministério Público do Estado do Ceará, por esse apoio. Estamos à disposição



para o que pudermos acrescentar futuramente. Vou procurar saber esses dados, vou passar informações sigilosas à Comissão e sempre que puder estarei à disposição para ajudar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Esse dossiê da Polícia o senhor tem cópia?

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Tenho, posso fornecer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Forneça para a gente, para investigação.

O SR. GUILHERME SOARES LIMA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Mais uma vez, gostaria de agradecer a presença de ambos, dizer da nossa satisfação de conhecer pessoas desse quilate, que poderão sem dúvida alguma dar uma grande contribuição para dar exemplo a este País. São pessoas, homens e mulheres, homem e mulher, como ambos, que tenho certeza que estão contribuindo para a melhoria, para a justiça social no nosso País. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando as seguintes reuniões: amanhã, às 14h, no Plenário 7, apreciação de requerimentos; quinta-feira, às 10h, no Plenário 4, audiência pública com os convidados Ana Rita Cerqueira Nascimento, Promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia; Guilherme Sérgio Tavares Cavalcante, Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará; e Regino Antônio de Pinho Filho, Secretário de Direitos Humanos do Partido dos Trabalhadores no Estado do Ceará. Está encerrada a presente reunião.